



cedsif

Centro de Desenvolvimento de
Sistemas de Informação de Finanças

**RELATÓRIO ANUAL DA EXECUÇÃO DO PLANO DE ACTIVIDADES E
ORÇAMENTO DE 2018**

MAPUTO, MARÇO DE 2019

DISTRIBUIÇÃO DO RELATÓRIO

A Enviar a (os):	Data
Sua Excelência o Ministro da Economia e Finanças	
Excelentíssimo Senhor Secretário Permanente do Ministério da Economia e Finanças	
Directores Nacionais do Ministério da Economia e Finanças	
Membros do Comité de Parceria do Fundo Comum do SISTAFE	
Membros do Conselho de Direcção Alargado do CEDSIF	
Delegados Provinciais do CEDSIF	

SIGLAS E ACRÓNIMOS

BM	Banco de Moçambique
CAF	Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado
CBS	Catálogo de Bens e Serviços
CEDSIF	Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças
CEF	Cadastro Único de Empreiteiros de Obras Públicas, Fornecedores de Bens e Prestadores de Serviços
COMP	Cenário Orçamental de Médio Prazo
CUT	Conta Única do Tesouro
e-CAF	Sistema Electrónico de Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado
e-Folha	Sistema Electrónico de Processamento de Salários
e-SISTAFE	Sistema Electrónico do Sistema de Administração Financeira do Estado
e-Tributação	Sistema Electrónico de Gestão de Arrecadação de Receitas
FAE	Funcionário e Agente do Estado
GFP	Gestão de Finanças Públicas
IGF	Inspeção-Geral de Finanças
INAS	Instituto Nacional da Acção Social
IPA	Imposto Pessoal Autárquico
IRN	Imposto de Reconstrução Nacional
IRPC	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Colectivas
IRPS	Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares
ISSO	Organização Internacional para Padronização (<i>International Organization for Standardization</i>)
ISPC	Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes
IVA	Imposto sobre Valor Acrescentado
MAEFP	Ministério da Administração Estatal e Função Pública
MEF	Ministério da Economia e Finanças
MEO	Módulo de Elaboração Orçamental
MEX	Módulo de Execução Orçamental
MISAU	Ministério da Saúde
MPE	Módulo de Administração do Património do Estado
MOPHRH	Ministério das Obras Públicas, Habitação e Recursos Hídricos
NUIB	Número Único de Identificação do Beneficiário
NUIT	Número Único de Identificação Tributária

OE	Orçamento do Estado
PAA	Plano Anual de Aquisições
PAO	Plano de Actividades e Orçamento
PEFA	Programa de Despesas Públicas e Responsabilidade Financeira
PEFP	Plano Estratégico das Finanças Pública
SGA	Sistema de Gestão Autárquica
SGB	Sistema de Gestão de Beneficiários
SGQ	Sistema de Gestão de Qualidade
SINAGEC	Sistema Nacional de Gestão de Custos de Construções
SNGRHE	Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado
SISTAFE	Sistema de Administração Financeira do Estado
EU	União Europeia
UGB	Unidade Gestora Beneficiária
UGC	Unidade de Grandes Contribuintes
UGE	Unidade Gestora Executora
VD	Via Directa
VPN	<i>Virtual Private Network</i>

Índice

1. INTRODUÇÃO	11
2. ACTIVIDADES EXECUTADAS	13
2.1 CONSOLIDAÇÃO DA REFORMA DO SISTAFE.....	13
2.2 DAR CONTINUIDADE À IMPLEMENTAÇÃO DO SISTAFE	17
2.3. IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS COMPLEMENTARES AO SISTAFE.....	23
2.4. FUNCIONAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO CEDSIF.....	24
2.4.1 SERVIÇOS DE SUPORTE INSTITUCIONAL	24
2.4.2 RECURSOS HUMANOS	27
2.4.3 GESTÃO DE CONTRATOS DE AQUISIÇÃO DE BENS E SERVIÇOS	30
3. BALANÇO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL	34
4. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO	42
5. PERSPECTIVAS PARA 2019	45
6. ANEXOS.....	49

SUMÁRIO EXECUTIVO

A implementação do Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE), no presente quinquénio, é feita com base no Plano Estratégico das Finanças Públicas 2016-2019. O balanço que se apresenta é relativo a implementação do Plano de Actividades e Orçamento do CEDSIF 2018 (PAO 2018), no qual merecem destaque as seguintes realizações:

- Garantida a disponibilidade da plataforma informática de suporte ao Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE), o e-SISTAFE, para um total de **1.498** órgãos e instituições do Estado ao nível Central, Provincial e Distrital.
- Executada pela Via Directa (VD) **70,43%** da despesa total do Estado, isto é, efectuados pagamentos directamente para a conta do beneficiário final (fornecedores, prestadores de serviços, entre outros). Contribuiu para o alcance desse nível de execução, a descentralização da execução da despesa pela Via Directa para mais **22** Unidades Gestoras Beneficiárias (UGB), dentre as quais **2** de nível central, **13** provinciais e **7** distritais. Refira-se que desde que o processo iniciou em 2006 foram descentralizadas **1.498** UGB, sendo **183** de nível central, **620** de nível provincial e **695** de nível distrital, o que equivale a **91,96%** de cobertura de execução orçamental pelas UGB directamente através do e-SISTAFE, face às **1.629** UGB existentes e com tabela de despesa no Orçamento do Estado (OE) 2018.
- Garantidas as condições tecnológicas e de suporte ao processo de pagamento de salários e remunerações através da Via Directa (VD) a **321.733** Funcionários e Agentes do Estado (FAE) de um total de **345.723** na situação de activo no Sistema Electrónico de Cadastro de FAE (e-CAF) e com Prova de Vida no mês de Dezembro de 2018, o correspondente a **93,06%**. Do total dos FAE pagos pela VD, **314.938** tiveram os seus salários processados e pagos através do e-Folha, o que corresponde a **91,09%** do total dos FAE na situação de activo no e-CAF e com Prova de Vida.
- Concluída a fase piloto na indução de 30 instituições previstas, nomeadamente, Ministério da Economia e Finanças, incluindo algumas instituições sob sua alçada (Centro De Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças, Instituto

Nacional de Previdência Social, Inspeção Geral de Finanças, Bolsa de Valores de Moçambique); Ministério da Saúde e (Hospital Central de Maputo); Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano e (Instituto de Línguas, Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa); Ministério do Mar, Aguas Interiores e Pescas e (Escola de Pesca, Administração Nacional das Pescas, Fundo de Fomento Pesqueiro, Instituto Nacional de Desenvolvimento de Pesca Pequena Escala, Instituto Nacional de Desenvolvimento da Aquacultura, Instituto Nacional de Inspeção do Pescado, Instituto Nacional de Investigação Pesqueira, Instituto de Desenvolvimento de Pesca Pequena Escala, Instituto Nacional de Desenvolvimento da Pesca e Aquacultura, Instituto de Desenvolvimento da Pesca e Aquacultura, Museu das Pescas); Ministério da Terra Ambiente e Desenvolvimento Rural e (Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável, Centro de Desenvolvimento Sustentável de Zonas Costeiras, Administração Nacional das Áreas de Conservação, Direção Nacional de Promoção de Desenvolvimento Rural, Centro Nacional de Cartografia e Teledeteção, Instituto de Formação em Administração de Terras e Cartografia, Agência Nacional para o Controlo da Qualidade Ambiental).

As instituições foram induzidas no processo de Incorporação de Bens pela Via Directa, que visa permitir o registo dos bens no momento da sua aquisição, integrando assim todo o processo, desde harmonização de especificações técnicas de bens e serviços, preços de referência do mercado, cadastro de fornecedores, aquisição, incorporação, movimentação, reavaliação, amortização e abate.

- Concluídas algumas funcionalidades integrantes das contratações públicas, nomeadamente o Plano de Contratações Públicas, modalidade de contratação por lances, janela que permite o Tribunal Administrativo introduzir os dados de atribuição do Visto directamente no e-SISTAFE, devendo ser operacionalizadas em 2019, após a realização das acções de capacitação e de gestão de mudanças, facto que irá contribuir para o aumento do rigor no processo de planificação e execução da despesa pública; e descentralizado o processo de emissão Certificados do Cadastro dos Empreiteiros e Fornecedores do Estado (CEF), da Unidade Funcional de Aquisições (UFSA) para as Direcções Provinciais da Economia e Finanças.

- Concluídas as definições e especificações de negócio necessárias para dar o início ao desenvolvimento do Módulo de Planificação e Orçamentação (MPO), que envolveu a redefinição da estrutura dos programas, a definição de **81** programas nacionais (Rascunho da Carteira de Programas) juntamente com os técnicos de planificação e orçamentação dos **21** Ministérios, ajustamento dos procedimentos de planificação das actividades do Governo; elaboração dos Modelos Conceptual e de Negócio, elaboração do Manual de Planificação e Orçamentação (MPOR), bem como a identificação das propostas das alterações de conteúdos a serem efectuadas na legislação do SISTAFE para adequar ao SPO e outras de carácter geral para atender aos diversos módulos do e-SISTAFE.
- Operacionalizado o Piloto da plataforma electrónica do Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado (e-SNGRHE) em **17** instituições, dentre as quais **8** de nível central, **6** na sede da Província de Maputo e **3** no Distrito de Boane, tendo sido migrados do e-CAF para o novo sistema, dados de **7.999** Funcionários e Agentes do Estado (FAE), onde são mantidos os seus dados de cadastro e realizada a sua Prova de Vida.
- Feita a integração entre o e-Tributação e o e-SISTAFE, com vista a automatizar e flexibilizar o processo de classificação e comunicação da receita arrecadada entre a Autoridade Tributária (AT) e a Direcção Nacional do Tesouro (DNT), bem como garantir que a recolha da receita no e-SISTAFE ocorra de forma automática, sem necessidade de intervenção do usuário (DNT).
- Criadas as condições para a integração entre o e-Tributação e os Bancos Comerciais (BCOM), o que irá criar facilidades aos agentes económicos no cumprimento das suas obrigações fiscais
- Finalizado o desenvolvimento e melhorias das funcionalidades de Registo do Número Único de Identificação Tributária (NUIT), de Cobrança do Imposto sobre Valor Acrescentado (IVA) e do Imposto Simplificado para Pequenos Contribuintes (ISPC). Estas funcionalidades tornaram o processo de atribuição do NUIT e pagamento do IVA e do ISPC mais flexíveis e contribuíram para a redução de duplicações de NUIT a nível do sistema.
- Tornado mais dinâmico o processo de transferência de receitas provenientes das multas, gestão de acesso ao sistema, recuperação de valores resultantes de

pagamentos indevidos por falha técnica a nível do desenvolvimento da solução tecnológica, Titulação de Contas Bancárias e de Rotina de Regularização de Contratos de aquisição de bens e serviços, tendo sido produzidos os Modelos de Negócio que atendem o processo de transferência de receitas citadas, no âmbito do e-Tributação.

- Disponibilizadas as funcionalidades que permitem a validação dos dados da Prova de Vida dos Pensionistas e criados mecanismos para pagamento de Pensões através da reutilização de toda a infraestrutura e processos sobre a emissão e processamento de Ordens de Pagamento (OP) via e-SISTAFE.
- Concluído, no âmbito do Sistema de Gestão de Informação de Finanças Públicas (SGIFP), o desenvolvimento de quadros de monitoria dos indicadores nas vertentes de desempenho de educação, da Visão das Finanças Públicas e de orçamento e despesa, para efeitos de manipulação e geração de informação analítica sobre a Gestão das Finanças Públicas. Os quadros acima mencionados encontram-se na fase de validação para posterior implementação do piloto no Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MINEDH) e no CEDSIF.
- Criadas as condições tecnológicas nas delegações e iniciada a utilização do Sistema de Gestão de Beneficiários (SGB) para o processamento de pagamentos de subsídios monetários de um dos principais programas de protecção social básica sob responsabilidade do Instituto Nacional de Acção Social (INAS), o Programa Acção Social Produtiva (PASP). Até Dezembro de 2018, foram abrangidas **9** das **30** delegações do INAS nas províncias de Cabo Delgado, Nampula, Manica, Sofala, Tete, Inhambane e Cidade de Maputo.
- Implantado o Catálogo de Bens e Serviços e o Sistema de Preços de Referência, no âmbito do Sistema Nacional de Gestão de Custos de Construção Civil e Orçamentação (SINAGEC), e desenvolvidas as funcionalidades para a configuração de serviços de obras assim como o Portal do SINAGEC, que é a ferramenta de disponibilização da informação de obras para o público em geral.
- Reforçadas as competências técnicas dos actores envolvidos na execução de processos do SISTAFE e elevada a qualidade dos seus actos e o desempenho das instituições públicas com recurso à formação e reciclagem de **6.842** utilizadores, dos quais **2.036** são do Módulo de Execução Orçamental (MEX), **556**

Incorporação de Bens Patrimoniais, **1.223** do Módulo de Elaboração Orçamental (MEO), **496** no Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado (CAF), **1.944** no Sistema Electrónico de Processamento de Salários (e-Folha), **283** Agente de Segurança (AS) e **304** utilizadores no âmbito do e-SNGRHE.

Para materialização destes resultados, o CEDSIF contou, até ao fim do exercício económico de 2018, com **310** colaboradores.

Relativamente a execução orçamental, a despesa acumulada foi de **886.603.101,68 MT**, equivalente à **68,58%** da dotação orçamental actualizada do PAO 2018, sendo que grande porção das despesas liquidadas foi de salários e remunerações, demais despesas com pessoal, e de bens e serviços. Contribuíram para fraca execução orçamental os seguintes factores:

- Aumento da dotação orçamental do CEDSIF ocorrida ao longo ano, sobretudo no 3º trimestre, resultante da recepção dos recursos provenientes dos parceiros de cooperação internacional;
- Restrição imposta na aplicação de recursos financeiros provenientes dos parceiros de cooperação internacional, pois satisfazem exclusivamente despesas específicas em obediência a certos condicionalismos, o que impede o financiamento da maior parte das necessidades da instituição; e
- Incorporação, no orçamento do CEDSIF, de recursos financeiros destinados a suportar despesas de alguns projectos realizáveis em múltiplos exercícios económicos e, por conseguinte, não desembolsáveis numa única vez.

Da análise feita conclui-se que o CEDSIF garantiu o pleno funcionamento do e-SISTAFE tendo as suas actividades concorrido para a contínua consolidação da reforma das Finanças Públicas.

1. INTRODUÇÃO

O Centro de Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças (CEDSIF) é uma instituição pública, dotada de personalidade jurídica e de autonomia administrativa e financeira, criada pelo Decreto n.º 34/2010, de 30 de Agosto de 2010, com alterações introduzidas através do Decreto 27/2012, de 26 de Julho, que também aprova o seu Estatuto Orgânico, e funciona sob tutela do Ministro que superintende a área das Finanças.

O CEDSIF tem como atribuições nucleares prestar, a todos os Órgãos e Instituições do Estado, serviços de organização e modernização dos processos de gestão das Finanças Públicas, nomeadamente, nos domínios da gestão estratégica, da governação e do desenvolvimento dos sistemas e tecnologias de informação, bem como a sua implementação e operação.

Para o cumprimento das suas atribuições, o CEDSIF elaborou o Plano de Actividades e Orçamento para o ano de 2018 (PAO 2018), o qual serve de principal instrumento para operacionalização do Plano Estratégico de Finanças Públicas 2016 -2019 e do Plano Estratégico do CEDSIF 2015 - 2019 (PE 2015-2019).

O PAO 2018, no presente exercício económico, prioriza a realização de acções com vista ao alcance dos seguintes objectivos: (i) Consolidar a reforma do SISTAFE; (ii) Dar continuidade a implementação do SISTAFE; (iii) Apoiar as instituições do Estado no desenvolvimento de sistemas complementares ao e-SISTAFE e (iv) Garantir o funcionamento e desenvolvimento institucional.

Para execução do PAO 2018, o CEDSIF contou com a dotação inicial de **462.767.730,00 MT**, resultante do somatório dos Recursos do Tesouro no montante de **317.184.730,00MT**, Receitas Próprias no valor de **60.010.330,00 MT**, do Fundo Comum do SISTAFE no montante de **23.914.060,00 MT**, Banco Mundial no valor de **46.566.190,00 MT**, Bélgica no montante de **14.500.000,00 MT**, e Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional (ASDI) no valor de **592.420,00 MT**¹. No processo de execução do PAO, em resultado das inscrições de saldos transitados, Recursos do Tesouro (para viabilizar o pagamento de despesas do SISTAFE) e reforço orçamental na

¹ Este montante não será mais desembolsado pela ASDI.

componente externa, a dotação actualizada passou para **1.292.973.902,76MT**, o que representa um acréscimo de **830.206.172,76MT**, sobre a dotação inicial.

O presente Relatório compreende as actividades desenvolvidas pelo CEDSIF, no âmbito da execução do PAO 2018 no exercício económico findo, e a sua estrutura, além do Sumário Executivo, incorpora os seguintes pontos:

1. Introdução.
2. Actividades executadas.
3. Balanço de execução orçamental.
4. Avaliação do desempenho.
5. Perspectivas para 2019.
6. Anexos.

2. ACTIVIDADES EXECUTADAS

O presente relatório compreende as actividades realizadas pelo CEDSIF no exercício económico de 2018, nas componentes de consolidação da reforma e continuidade do SISTAFE, implementação de Sistemas complementares do SISTAFE, bem como de funcionamento e desenvolvimento institucional, no âmbito da execução do PAO 2018.

2.1 CONSOLIDAÇÃO DA REFORMA DO SISTAFE

Nesta componente foram melhorados os processos dos subsistemas existentes, tendo passado responder com maior eficácia às exigências do contexto actual e às solicitações dos utilizadores, destinatários e beneficiários do e-SISTAFE, no âmbito das reformas previstas na Lei do SISTAFE já implementadas e em processo de consolidação. Assim, as acções executadas nesta componente no período em análise compreendem:

1. Descentralizada a execução do orçamento no e-SISTAFE para mais **22** Unidades Gestoras Beneficiárias (UGB) por solicitação e a expensas das próprias UGB, dentre as quais **2** de nível central, **13** provinciais e **7** distritais. Sendo que, desde que o processo iniciou em 2006, foram descentralizadas **1.498** UGB, dentre as quais **183** de nível central, **620** de nível provincial e **695** de nível distrital, o que equivale a **91,96%** de cobertura de execução orçamental pelas UGB directamente através do e-SISTAFE, face às **1.629** UGB existentes e com tabela de despesa no Orçamento do Estado (OE) 2018; ficando por descentralizar **131** UGB, correspondentes a **8,04%**. Com efeito, actualmente **144** das **154** administrações distritais elaboram e executam o seu orçamento directamente no e-SISTAFE.

Esta descentralização permitiu que as UGB executassem na plataforma informática do SISTAFE (e-SISTAFE) despesas, obedecendo a três fases do processo de execução (cabimentação, liquidação e pagamento), o que contribuiu para que cerca de **70,43%** da despesa total do Estado fosse executada por Via Directa, face à meta de **80%** prevista para o ano de 2018.

2. Garantida a disponibilidade da plataforma informática (e-SISTAFE) de suporte ao Sistema de Administração Financeira do Estado (SISTAFE) a nível nacional, tendo contribuído para a execução da despesa por Via Directa, bem como para o pagamento de salários e remunerações aos Funcionários e Agentes do Estado. Em

Dezembro estiveram disponíveis 946 *sites*, o que equivale à **94,99%** do universo de 996 *sites*. Portanto, **5,02%** de *sites* estiveram indisponíveis por avarias dos equipamentos e problemas de rede da Moçambique TELECOM (Tmcel), conforme a tabela 1, que ilustra a dinâmica comportamental de *sites* em 2018 quanto à disponibilização e operacionalização do (e-SISTAFE) ao nível Central e Provincial.

Tabela 1: Disponibilidade de *Sites* Registada em 2018

Meses		Jan.	Fev.	Mar.	Abri.	Mai.	Jun.	Jul.	Agos.	Set.	Out.	Nov.	Dez.
Nr. de <i>Sites</i> do e-SISTAFE	Total	968	968	971	974	977	979	988	988	990	994	995	996
	Dispo.	890	934	905	900	914	931	952	952	935	960	949	946
	Indisp.	78	34	66	74	63	48	36	36	55	34	46	50
	Dispo. %	91,94	96,49	93,20	92,4	93,65	95,1	96,36	96,36	94,44	96,58	96,38	95

Fonte: e-SISTAFE

- Garantido os ajustes nas plataformas tecnológicas de suporte ao Processamento de Salários, para atender ao preceituado no Decreto nº 75/2017, de 27 de Dezembro, que aprova medidas de contenção de despesas públicas e os ajustes na tabela salarial aprovados pelo Governo para o presente exercício económico, o que culminou com a continuidade do pagamento de salários e remunerações dentro da normalidade, possibilitando o pagamento por Via Directa (VD), de **321.733** FAE de um total de **345.723** na situação de activo no e-CAF e com Prova de Vida, o correspondente a **93,06%**. Do total dos FAE pagos pela VD, **314.938** tiveram os seus salários processados e pagos através do e-Folha, o que corresponde a **91,09%** do total dos FAE.
- Capacitados **6.842** utilizadores do e-SISTAFE, dos quais **2.036** são do Módulo de Execução Orçamental (MEX), **556** Incorporação de Bens Patrimoniais, **1.223** do Módulo de Elaboração Orçamental (MEO), **496** no Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado (CAF), **1.944** no Sistema Electrónico de Processamento de Salários (e-Folha), **283** Agente de Segurança (AS) e **304** utilizadores, no âmbito do e-SNGRHE. Pretende-se com estas capacitações melhorar as competências técnicas dos actores envolvidos na execução de processos do SISTAFE e na melhoria da qualidade dos seus actos e do desempenho das instituições públicas.
- Providenciado o serviço de assistência ao utilizador do e-SISTAFE, tendo sido registados **12.205** solicitações dos utilizadores, dos quais foram resolvidos **11.123**, o que corresponde a **91,13%**. Dentre as solicitações registadas, merecem

destaque as dos Serviços Bancários, pois fizeram **5.724** relacionadas com a fixação de descontos de financiamento aos Funcionários e Agentes do Estado; do MEX que totalizaram **1.534** solicitações respeitantes à Manutenção do Credor (actualização de dados dos credores singulares ou colectivos, com valores a receber, face aos serviços prestados ou bens fornecidos ao Estado, que implicam pagamentos no MEX); do e-CAF com **1.310** casos de solicitações referentes à manutenção de dados de Funcionários e Agentes do Estado (actualização de dados pessoais e a falta de realização da prova de vida no mês do aniversário); e dos Sistemas Paralelos que registaram **1.147** solicitações derivados do processamento e impressão de folhas de salários processadas via Sistema Nacional de Vencimentos (SNV), disponibilização de ficheiro padrão, conforme a tabela 2.

Tabela 2. Solicitações de Apoio ao Utilizador registadas em 2018

Aplicação/Serviço	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	Total	Total Geral
e-CAF	259	389	380	282	1.310	12.205
e-Folha	123	158	144	97	522	
e-SISTAFE	168	128	146	165	607	
Gestão Património *	59	117	308	9	493	
MEX	397	850	20	267	1.534	
Security	217	169	116	71	573	
Serviços Bancários	707	902	1.921	2.194	5.724	
Sistema Paralelo	265	297	377	208	1.147	
Serviço Operação	13	19	37	36	105	
MPE	4	111	14	13	142	
CBS	1	0	9		10	
e-Inventário	7	2	0	2	11	
SNGP	1	5	2	19	27	

*Património do CEDSIF

Ainda no âmbito da Consolidação da Reforma do SISTAFE, importa destacar as seguintes realizações:

No Módulo de Execução Orçamental (MEX):

- Dada maior consistência ao funcionamento e simplificação do mecanismo de análise e execução das anulações dos pagamentos por parte da Direcção Nacional da Contabilidade Pública (DNCP), tendo sido reestruturada a funcionalidade que anula os pagamentos por Adiantamento de Fundos (AFU) e aumentada a abrangência das regras subjacentes ao processo.
- Criadas as condições para a implementação de mecanismos de aumento da liquidez ao Subsistema do Tesouro - Central, e, para o efeito, foi elaborado o

Modelo de Negócio sobre a Transferência de Receitas e Multas, para permitir a transferência imediata das receitas ociosas provenientes das cobranças das multas efectuadas pelos Órgãos do Ministério da Economia e Finanças das Províncias para o nível Central.

- Concluída a implementação de melhorias, nomeadamente, revisão de relatórios de orgânicos subordinados por UGB, actualização de nomes de relatórios da Conta Gerência, Relatórios da Conta Única do Tesouro-NP e melhoria de performance de extracção do ficheiro de pagamentos de descontos tipo banco, no âmbito do processo de implementação de aplicações de melhorias no Módulo de Execução Orçamental.
- Elaborado o Modelo de Negócio para a atribuição automática do Código de Acesso ao e- SISTAFE, tendo em vista melhorar os procedimentos de segurança no uso do sistema, através da automatização do fluxo de atribuição de código de acesso ao e-SISTAFE, o que reduz a intervenção do Administrador de Segurança (AS). O Modelo proporcionará maior clareza e simplicidade no fluxo de execução das operações e assegurará que o processo de desbloqueio de senhas seja da responsabilidade do próprio utilizador.
- Ajustado o sistema aos procedimentos e regras impostas pelo Diploma Ministerial nº 23/2018, de 02 de Fevereiro, que estabelece as regras de gestão de Contas Bancárias do Estado. Nesse sentido, foi feita a validação das especificações relativas à operacionalização do referido Diploma, inclusive a actualização do Modelo de Negócio, que passou a integrar no cadastro domicílios bancários de categoria (Receitas próprias e consignadas pelos sectores), (Autarquia local) e (Empresa Pública), separadas as receitas orçamentais, próprias e consignadas e as rubricas de pensões da Fonte de Recurso 101 (FR101). Estas acções visam racionalizar a quantidade das suas contas bancárias, bem como melhorar a gestão das contas e dos fundos que nelas transitam.
- Divulgado o diploma e a funcionalidade do cadastro dos domicílios bancários no MEX, com recurso às teleconferências que envolveram as Direcções Províncias de Economia e Finanças (DPEF), e actualizado o portal do e-SISTAFE, com a inclusão de informação de procedimentos de utilização da funcionalidade, no âmbito da operacionalização do Diploma Ministerial nº 23/2018, de 02 de Fevereiro.

- Revisto o Modelo de Negócio do processo de Encerramento do Exercício Económico de 2018 e Abertura do Exercício relativo ao ano 2019, tendo sido feitas melhorias que proporcionaram maior flexibilidade e automatismo no seu manuseamento, bem como a Nota Técnica, acomodando as melhorias acima referidas que permitiram a execução da despesa até ao último dia útil do ano e abertura do sistema no primeiro dia útil do ano.
- Definidas as regras e procedimentos, bem como a sistematização e implementação de funcionalidades que visam flexibilizar a recuperação de valores de despesas com pessoal cujo pagamento foi efectuado em duplicado, por falha técnica a nível do desenvolvimento da solução tecnológica.
- Criadas condições tecnológicas para operacionalização do envio de alertas por SMS no e-SISTAFE, com informação dos eventos mais relevantes, como alertas ao Ordenador da Despesa sobre efectivação de despesas acima de determinado valor, alertas aos Funcionários e Agentes do Estado sobre o alcance do período para a realização da sua Prova de Vida, entre outras utilidades, conforme a progressão de prioridades. Assim, foram produzidos e aprovados Modelos de Negócio dos Alertas de Pagamentos do MEX e da Prova de Vida de Funcionários e Agentes do Estado, desenvolvidas e homologadas as respectivas funcionalidades e adquirida a aplicação de transição de mensagens da rede do e-SISTAFE para empresas de telefonia móvel através da internet. Para efeito de operacionalização foi celebrado o contrato com a Vodacom, e está programado o início do piloto no Ministério da Economia e Finanças.

No Cadastro dos Funcionários e Agentes do Estado (e-CAF) e no Sistema de Processamento e Pagamento de Salários (e-FOLHA), foi:

- Feita melhoria no Relatório de Descontos não Obrigatórios, passando facilmente a identificar inconsistências eventuais que podem ocorrer no acto da fixação de desconto, e elaboração do Modelo de Negócio relativo ao Decreto nº 75/2017, de 27 de Dezembro, que atende à contenção da Despesa Pública.

Introduzidas melhorias, tendo a compensação de nota de crédito, data de sincronização de folhas, passado a permitir que o sistema liberte automaticamente,

a título excepcional, a quota financeira sem a verificação dos 3 dias necessários após a data de sincronização das folhas de salário.

2.2 DAR CONTINUIDADE À IMPLEMENTAÇÃO DO SISTAFE

Visando dar continuidade à implementação das reformas previstas na Lei do SISTAFE, que se mostram fundamentais para a boa Gestão das Finanças Públicas, o CEDSIF realizou uma série de acções, tendo obtido os seguintes resultados:

2.2.1 Na Comunicação da Reforma das Finanças Públicas, foi concluída a produção, bem como a divulgação do programa radiofónico “ABC de Finanças Públicas” na Rádio Moçambique, no qual são levados ao conhecimento do público vários temas sobre as Reformas de Gestão das Finanças Públicas no âmbito do Plano de Acção da implementação do Memorando de Entendimento (MdE) estabelecido com a OXFAM. Foi, igualmente, produzido o vídeo que visibiliza as acções realizadas em benefício da reforma, no âmbito da subvenção da União Europeia (2013-2017), elaborado o Plano de Comunicação e Visibilidade da Subvenção da União Europeia e actualizadas as páginas de internet do CEDSIF.

2.2.2 No projecto e-Tributação, foi (i) finalizado o desenvolvimento e melhoria das funcionalidades de Registo do NUIT, de Cobrança do IVA e do ISPC, que tornaram o processo de atribuição do NUIT e pagamento do IVA e do ISPC mais flexíveis e contribuíram para a redução de duplicações de NUIT a nível do sistema; (ii) integrado o e-Tributação e o e-SISTAFE, com vista a automatizar e flexibilizar o processo de classificação e comunicação da receita arrecadada entre a Autoridade Tributária e a Direcção Nacional do Tesouro, bem como garantir que a recolha da receita no e-SISTAFE ocorra automaticamente, sem necessidade de intervenção do usuário (DNT); e (iii) criadas as condições para a integração entre o e-Tributação e os Bancos Comerciais (BCOM), o que irá criar facilidades aos agentes económicos no cumprimento das suas obrigações fiscais. Para o efeito, foi concluída a componente tecnológica do e-Tributação e implantada em produção a nível do sistema. Contudo a sua operacionalização carece da conclusão das acções dos Bancos Comerciais e irá permitir que os pagamentos de impostos efectuados nos Bancos Comerciais se reflitam automaticamente no e-Tributação, tornando este processo mais célere e isento de erros.

Na implementação da **Rede de Cobrança**, foram estabelecidas as bases para o desenvolvimento de interoperabilidade entre o e-SISTAFE e a Janela Única Electrónica (JUE) para classificação automática da receita e pagamento de encargos aduaneiros por Nota de Contabilização, com a definição e aprovação das Notas Conceptual e Técnica.

2.2.3 No projecto **Módulo de Administração do Património do Estado (MPE)**, houve avanços substanciais, tendo sido concluída a fase piloto na indução de 30 instituições² das 3 inicialmente previstas (Ministério da Saúde, Ministério da Economia e Finanças e Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano), no processo de Incorporação de Bens pela Via Directa, que visa permitir o registo dos bens no momento da sua aquisição, integrando assim todo o processo desde harmonização de especificações técnicas de bens e serviços, preços de referência do mercado, cadastro de fornecedores, aquisição, incorporação, movimentação, reavaliação, amortização e abate. Encontra-se em processo de levantamento as condições técnicas em mais instituições, tendo em vista à sua integração nas rotinas do Módulo de Administração do Património do Estado em 2019.

A avaliação em relação a estes marcos é positiva na perspectiva de definição dos processos de negócio, de implementação e operacionalização dos sistemas informáticos de suporte e de validação prática em ambiente controlado durante a fase Piloto, tendo em conta que a operacionalização do MPE nesses sectores tem sido uma fonte de aprendizagem, permitindo identificar algumas acções críticas que devem ser tomadas para a melhoria do desempenho do Módulo em outros sectores quando se avançar para a expansão.

Ainda em 2018, foram concluídas e operacionalizadas as funcionalidades que permitem que (i) Os concursos cuja vigência extravasa um exercício económico, as unidades possam proceder ao lançamento de concursos apenas com parte da dotação orçamental necessária

² Ministério da Saúde, Hospital Central de Maputo, Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano, Instituto de Línguas, Fundo Bibliográfico da Língua Portuguesa, Ministério da Economia e Finanças, Centro De Desenvolvimento de Sistemas de Informação de Finanças, Instituto Nacional de Previdência Social, Inspeção Geral de Finanças, Bolsa de Valores de Moçambique, Ministério do Mar, Aguas Interiores e Pescas, Escola de Pesca, Administração Nacional das Pescas, Fundo de Fomento Pesqueiro, Instituto Nacional de Desenvolvimento de Pesca Pequena Escala, Instituto Nacional de Desenvolvimento da Aquacultura, Instituto Nacional de Inspeção do Pescado, Instituto Nacional de Investigação Pesqueira, Instituto de Desenvolvimento de Pesca Pequena Escala, Instituto Nacional de Desenvolvimento da Pesca e Aquacultura, Instituto de Desenvolvimento da Pesca e Aquacultura, Museu das Pescas, Ministério da Terra Ambiente e Desenvolvimento Rural, Fundo Nacional de Desenvolvimento Sustentável, Centro de Desenvolvimento Sustentável de Zonas Costeiras, Administração Nacional das Áreas de Conservação, Direção Nacional de Promoção de Desenvolvimento Rural, Centro Nacional de Cartografia e Teledeteção, Instituto de Formação em Administração de Terras e Cartografia, Agência Nacional para o Controlo da Qualidade Ambiental.

para aquele exercício económico, devendo o remanescente do valor total do contrato ser orçamentado e executado no exercício económico seguinte, de acordo com o calendário das actividades; e (ii) as unidades procedam, no exercício económico em curso (ano N), ao lançamento de concursos cuja execução irá ocorrer no exercício económico seguinte (ano N+1). No mesmo período, foi concluída a análise da abordagem gradual que será seguida para a implementação e operacionalização das funcionalidades que irão permitir a incorporação da componente de obras, o que vai contribuir para melhorar o equilíbrio entre a despesa realizada e o balanço patrimonial, para além de melhorar a qualidade da Conta Geral do Estado (CGE).

Relativamente a implementação do Plano de Contratações Públicas, durante o ano de 2018 foram concluídas, dentro do prazo, a validação do processo de negócio, a especificação e implementação das funcionalidades, com vista a sua operacionalização em 2019, instrumento este que é essencial e que vai contribuir para o aumento do rigor do processo de planificação e execução da despesa pública. A operacionalização das funcionalidades do Plano de Contratações Públicas deverá ser precedida da realização de acções preparatórias nomeadamente a divulgação das funcionalidades e respectivos impactos, a capacitação dos utilizadores e a clarificação das mudanças nas rotinas de trabalho. Ainda no período em análise, foi concluída a elaboração do Modelo de Negócio para atender a modalidade de Contratação por Lances, desenvolvidas as respectivas funcionalidades e implementadas, aguardando-se a capacitação e de gestão de mudanças para a sua operacionalização efectiva, a ocorrer em 2019. Espera-se que contribua para o aumento da competitividade e transparência no processo de Contratações Públicas, assim como da qualidade das compras efectuadas pelo Estado, para o maior controlo no processo de gestão de contratos, disponibilização em tempo útil de informação sobre o nível de execução, propiciando assim a penalização de fornecedores faltosos bem como uma maior disciplina por parte dos órgãos e instituições do Estado, e maior transparência na execução da despesa pública tendo em conta os compromissos assumidos pelo Estado.

2.2.4. No projecto **Subsistema de Planificação e Orçamentação**, foram registados progressos rumo à adopção da plataforma informática, designada Módulo de Planificação e Orçamentação (MPO). Neste âmbito, foi definida a estrutura do programa e de procedimentos de planificação das actividades do Governo, elaborados os Modelo conceptual e de Negócio, o Manual de Planificação e Orçamentação (MPOR), bem como as propostas

das alterações a serem efectuadas na legislação do SISTAFE para adequá-la ao SPO, alterados os conceitos sobre Subsistema de Orçamento do Estado para Subsistema de Planificação e Orçamento, e identificadas as alterações a introduzir na lei SISTAFE para atender aos diversos módulos do e-SISTAFE, no âmbito da revisão.

A revisão da legislação incidiu sobre o Macroprocesso de “Elaboração das Propostas do Cenário Fiscal de Médio Prazo (CFMP), Plano Económico e Social (PES) e Orçamento do Estado (OE)”, passando este para Macroprocesso de “Elaboração, Aprovação e Monitoria dos Instrumentos de Planificação, Orçamentação e Programas Nacionais”; e, como consequência, foram também alterados os Processos, Subprocessos e demais conteúdos de modo a salvaguardar o SPO. Refira-se que de acordo com o calendário, estava previsto para o mês de Dezembro de 2018 o início da fase de desenvolvimento das funcionalidades do MPO, porém o processo de lançamento do concurso, avaliação das propostas e contratação de recursos humanos (3 Analistas de Sistemas e 5 Programadores) iniciou no dia 18 de Outubro, prevendo-se a finalização da contratação no mês de Fevereiro de 2019, altura em que se iniciará a actividade de desenvolvimento do MPO.

2.2.5. No projecto **Subsistema de Controlo Interno**, foi concluída a definição do Modelo de Negócio de dois processos, nomeadamente a Gestão da Programação de Controlo Interno e Gestão das Listas de Verificação, o que irá permitir o início do desenvolvimento do suporte tecnológico a partir de Janeiro de 2019, assim que os recursos estiverem disponíveis. Foi, igualmente, concluída a proposta de códigos orgânicos para as Unidades Gestoras Executoras (UGE) do Subsistema de Controlo Interno que se encontra em apreciação a nível da Inspeção Geral das Finanças.

2.2.6. No **Módulo de Salários e Pensões**, foram disponibilizadas as funcionalidades de validação dos dados da Prova de Vida dos Pensionistas, simplificado o pagamento de pensões, reutilizando a infraestrutura e processos relativos à emissão e processamento de Ordens de Pagamento (OP) por via do e-SISTAFE. Ainda no Módulo de Salários e Pensões, foi reduzida a quantidade de filtros obrigatórios e incluídos dados dos pensionistas não biométricos, sem ferir os requisitos pré-definidos, nos relatórios detalhados de Prova de Vida e Cadastro dos Pensionistas, e, para garantir a implementação face às alterações feitas, foi actualizado o Modelo de Negócio do Sistema de Gestão de Pensões e homologadas as especificações e funcionalidades consoante à alteração feita.

2.2.7. No projecto **Sistema de Gestão de Informação de Finanças Públicas (SGIFP)**, foi concluído o desenvolvimento dos quadros (painéis) de monitoria de indicadores sobre a Educação, para o consumo do Ministério da Educação durante o processo de monitoria estratégica e de tomada de decisões, bem como os painéis de monitoria dos indicadores da Visão das Finanças Públicas e sobre o Orçamento e Despesa. Espera-se que após a validação destes quadros, decorra a implementação do sistema em regime piloto no Ministério de Educação e Desenvolvimento Humano (MINED) e no CEDSIF, e, para o efeito, já foi efectuada a capacitação do pessoal técnico.

De referir que os painéis de monitoria são ferramentas que visam dar suporte aos gestores na monitoria de indicadores em várias vertentes, quer no acompanhamento de actividades, do desempenho e definição de cenários visando auxiliar à tomada de decisões. Uma vez tratar-se de uma ferramenta nova, está em curso a preparação da capacitação dos técnicos para provê-los de conhecimento integrado sobre a operacionalização do sistema. Uma parte da formação integra a ferramenta *Business Intelligency* (BI), cuja efectivação está dependente da identificação e disponibilização de novos recursos, uma vez que os recursos que tinham sido disponibilizados através do projecto Finanças Públicas por Resultados do Banco Mundial, foram retirados pelo MEF já na fase da adjudicação dos cursos. Está também em curso o processo de aquisição do equipamento para suportar toda a solução do BI, tais como servidores e discos para armazenamento de dados previstos. A recepção destes equipamentos está prevista para o mês de Janeiro de 2019, devido ao atraso registado no processo de contratação.

2.2.8. No projecto **Sistema de Gestão Autárquica (SGA)**, foram iniciados os trabalhos para Implementação e operacionalização do Sistema de Gestão Autárquica (SGA), tendo sido alocados os recursos internos para dar seguimento à implementação da Gestão Financeira Autárquica, harmonizado o plano de acção de curto prazo nas componentes de Gestão Financeira Autárquica (GFA) e de Gestão de Receitas Autárquicas (GRA), elaborados os Manuais de Negócio do Subsistema de Planificação Autárquico (SPO), do Subsistema de Gestão Relacional e de Gestão de Utilizadores; estando em processo de harmonização técnica; e iniciada a elaboração de Manuais de Negócio do Central de Classificadores e do Módulo de Património do Estado, no âmbito do SGA.

2.2.9. No projecto **Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado (SNGRHE)**, no âmbito da introdução da plataforma electrónica e-SNGRHE, que

compreende as funcionalidades do ciclo de vida do Funcionário e Agente de Estado, dentre os módulos que o integram, houve progressos no Módulo de Administração de Pessoal (MAP). Assim, foram operacionalizadas as funcionalidades de suporte ao Módulo de Administração do Pessoal relativas aos subprocessos do fim da relação de trabalho do FAE com Estado, de responsabilidade disciplinar e de avaliação do desempenho em dezassete (17) instituições piloto, sendo 8 de nível central, 6 da sede da Província de Maputo e 3 do Distrito de Boane, formados 122 Utilizadores em matérias de funcionalidades do referido Módulo, migrados do e-CAF para o novo sistema- e-SNGRHE, dados de 7.999 Funcionários e Agentes do Estado; e em operacionalização as funcionalidades da Prova de Vida (PV).

Ainda no Módulo de Administração do Pessoal, está em produção a aplicação que permitirá a operacionalização das funcionalidades de processamento de salários a partir da plataforma informática e-SNGRHE. No âmbito da preparação da expansão do e-SNGRHE em todo país, a ocorrer em 2019, estão sendo configurados os computadores para acedermos ao e-SISTAFE.

2.3. IMPLEMENTAÇÃO DE SISTEMAS COMPLEMENTARES AO SISTAFE

No âmbito do apoio às Instituições do Estado na implementação de sistemas complementares ao e-SISTAFE, merecem destaque as seguintes realizações:

2.3.1. No projecto Sistema de Gestão de Beneficiários do INAS (e-INAS), foram implementados os 9 módulos previstos para o Sistema de Gestão de Beneficiários (SGB), incluindo as funcionalidades de geração automática de Número de Identificação do Beneficiário (NUIB) como alternativa do NUIT, o que resultou na disponibilização da plataforma informática centralizada do Sistema de Gestão de Beneficiários (SGB) do Instituto Nacional da Acção Social (INAS). Relativamente a operacionalização, foram criadas condições tecnológicas para o acesso ao SGB em 29 das 30 delegações do INAS, faltando a delegação de Chicualacuala, por falta de ligação ao e-SISTAF e naquela localidade. Durante o ano 2018, as delegações sediadas na Cidade de Maputo, Inhambane, Sofala, Manica, Tete, Nampula e Cabo Delgado iniciaram a utilização do SGB para o registo de pagamentos, o que perfaz 9 das 30 programadas.

2.3.2. No projecto Sistema Nacional de Gestão de Custos de Construção (SINAGEC), foram implantados o Catálogo de Bens e Serviços e o Sistema de Preços de Referência, quanto ao desenvolvimento do sistema informático e sua operacionalização, e desenvolvidas

funcionalidades para a configuração de serviços de obras assim como o Portal do SINAGEC, que é a ferramenta de disponibilização da informação de obras para o público em geral; e iniciada a catalogação de materiais da construção civil, no âmbito da operacionalização da aplicação do sistema, tendo-se atingido uma cifra de **3.050** insumos que aguardam pela aprovação do Laboratório de Engenharia de Moçambique.

2.4. FUNCIONAMENTO E DESENVOLVIMENTO DO CEDSIF

No período em referência foram elaborados os instrumentos de administração e gestão do CEDSIF, de padrões de qualidade, de segurança de informação, de recursos humanos, de gestão de contratos, de execução orçamental. Igualmente, foram realizadas a 4ª Reunião Anual de Qualidade sob o Lema “*CEDSIF, Promovendo a Melhoria Continua das Competências Organizacionais*”, as reuniões do Conselho de Direcção do CEDSIF e as actividades de assistência jurídica.

2.4.1 Serviços de Suporte Institucional

Para assegurar a realização de actividades de coordenação das reformas da Gestão das Finanças Públicas, bem como as de implementação do e-SISTAFE constantes do PAO 2018, no âmbito do cumprimento do Plano Estratégico 2015-2019, foram realizadas as seguintes acções:

No domínio de instrumentos de gestão do CEDSIF, foi: (i) Desenvolvido o Manual de Planificação; (ii) Actualizado o PAO 2018 face à indisponibilidade de recursos financeiros, elaborados os relatórios Anual de Execução das Actividades do PAO 2017 e os de execução de actividades do PAO 2018 referentes ao 1º, 2º e 3º trimestres, e elaborado o Balanço de Meio-Termo da Implementação do Plano Estratégico referente ao período 2015-2017, no âmbito do processo de planificação, acompanhamento, monitoria e avaliação das actividades.

Na componente de dotação orçamental, foram inscritos os saldos transitados de 2017 para 2018, revistas as necessidades orçamentais por Unidade Orgânica da Instituição e redistribuído o orçamento do PAO 2018 para cobrir défices em rubricas críticas para o funcionamento da instituição e do Sistema face às novas prioridades, tendo em vista garantir a execução do PAO 2018.

Na componente de cooperação, foram realizadas duas Reuniões do Comité de Parceria do Fundo Comum do SISTAFE para 2018, validados os relatórios de execução de execução do PAO 2017 e do 1º semestre de 2018, e apresentado o Plano de desembolsos para 2019, no decurso das mesmas. Decorrente das recomendações destas reuniões, foi elaborado o documento de fundamentação dos níveis de execução da despesa pela Via Directa e Indirecta e submetido aos Parceiros de Cooperação; feito o levantamento da situação actual das Finanças Públicas em Moçambique, no âmbito da implementação do Acordo de Cooperação Técnica, assinado em 2017, entre o Ministério da Economia e Finanças (MEF) e a Agência de Cooperação Japonesa (JICA), relativo ao apoio na implementação do Plano Estratégico das Finanças Públicas 2016-2019 (PEFP 2016-2019) no geral, e, em particular ao CEDSIF, na coordenação das reformas da Gestão das Finanças Públicas e implementação do e-SISTAFE.

No âmbito da implementação do Sistema de Gestão da Qualidade (SQC), baseado na Norma ISO 9001, foi (i) reestruturado o menu de navegação e actualizado o conteúdo do Portal da Qualidade, tendo em vista assegurar a melhoria contínua do CEDSIF, (ii) realizada a Auditoria Interna ao Sistema de Gestão da Qualidade, no escopo do Processo de Atendimento ao Utilizador e a Fase I da Auditoria de Certificação do Sistema de Gestão de Qualidade pela Norma ISO 9001: 2015, também no escopo já referido (iii) realizada a 4ª Reunião Anual da Qualidade, (iv); e elaborados os respectivos planos de acções de correcção face às recomendações extraídas da 4ª reunião e às constatações colhidas das auditorias, estando em execução.

Divulgado o Sistema de Gestão do CEDSIF, tendo participado na acção **214** colaboradores da instituição, e elaborados os documentos sobre procedimentos operacionais com vista a auxiliar nas diversas actividades da instituição e respectivo controlo interno, com destaque para os Manuais sobre Gestão do Património e de Planeamento Operacional. Foi elaborado o Manual de Procedimentos de Atendimento ao Utilizador, nas vertentes de expansão de *sites*, resolução de problemas de infraestrutura e indisponibilidade de sistema, o que tornará o sistema mais operativo, aprovado o Manual de Procedimento de Elaboração de Documentos do CEDSIF, que estabelece as directrizes para a elaboração de documentos internos do CEDSIF, nomeadamente, os oficiais e procedimentais.

Para assegurar a melhoria contínua do CEDSIF, no âmbito da definição, implementação e consolidação dos processos do CEDSIF, foi mapeada e aprovada a operacionalização da

competência Organizacional “Gerir Sistemas de Informação (TIC). As realizações arroladas permitirão assegurar a uniformização de procedimentos de trabalho e melhorar a qualidade dos serviços prestados pelo CEDSIF.

Para garantir a segurança e funcionamento pleno dos sistemas, em gestão de facilidades (energia e frio do edifício e centro de dados): foram feitas **89** intervenções de manutenções preventivas e correctivas às instalações do CEDSIF; e efectuada a monitoria diária do estado da infraestrutura de apoio aos Centros de Dados, tendo culminado com a elaboração de **286** relatórios.

No âmbito da implementação do Sistema de Gestão de Segurança de Informação (SGSI), (i) Foi elaborado o manual do sistema de gestão de segurança da informação; (ii) Revistas e aprovadas as normas de segurança da informação disponibilizada no portal do CEDSIF, além de estarem em processo de divulgação por *email*; (iii) Realizadas **6** auditorias interna de controlo de aplicabilidade, adequabilidades e eficácia das normas de segurança, estando em elaboração o respectivo relatório, e estão em processo de consolidação as recomendações do relatório de auditorias realizadas em 2017; (iv) Realizadas sessões de sensibilização em matéria de segurança, abrangendo **220** colaboradores do CEDSIF, bem como a **50** Administradores de Segurança (AS) das províncias de Gaza, Tete e Niassa e enviados os relatórios de sensibilização dos AS às Instituições abrangidas para efeitos de orientação prática no processo de correcção dos erros constatados.

As actividades realizadas vão assegurar um elevado nível de segurança dos sistemas de informação e minimizar a exposição ao risco nos processos de negócio, garantir o alinhamento com o Sistema de Gestão de Qualidade e outros sistemas de gestão a serem implementados no CEDSIF, no âmbito das boas práticas de gestão da Qualidade internacionalmente aceites.

Na componente específica de gestão de risco, foi elaborado o Modelo de Gestão de Riscos de Negócio e Tecnologia de Informação, em conformidade com as normas ISO 31000 e 27005; e realizadas **05** análises de riscos em relação aos projectos em desenvolvimento no CEDSIF. Para assegurar a elaboração do Plano de Continuidade de Negócio (PCN), (i) foi elaborado um roteiro detalhado das acções a serem levadas a cabo, como guião, para a materialização deste plano; (ii) está em curso a harmonização da política de continuidade de negócio; (iii) Elaborada a documentação de Priorização dos Processos chave do CEDSIF; (iv) Concluídos os trabalhos para realização do cenário 2 do teste de recuperação de

desastres, devendo ter lugar quando for superado o problema identificado na infraestrutura tecnológica; (v) elaborado o plano de emergência; (vi) em curso acções para a certificação do CEDSIF como uma instituição que cumpre com os requisitos de combate a incêndios, que inclui a já realizada formação de **60** colaboradores em combate a incêndios e primeiros socorros; e (vii) feita a recolha, registo e armazenamento de **346** cópias de segurança.

No domínio de assistência jurídica à instituição, com vista a garantir a conformidade legal dos actos e processos internos, foram realizadas actividades de representação do CEDSIF em juízo, atinentes a processos em que é parte, de emissão de diversos pareceres jurídicos sobre matérias de contratações públicas e de gestão de recursos humanos.

Na componente de criação e reforço de ferramentas de comunicação interna, tornados os processos mais fluídos, participativos e transparentes, com a actualização da página de intranet, elaboração do boletim Informativo (trimestral), disponibilização de revistas de imprensa (quinzenal) e *flash* informativos (por demanda), produção de vídeos para TV corporativa, e gravação na “Rádio Moçambique” de conteúdos para o programa radiofónico “ABC” de Finanças Públicas.

2.4.2 Recursos Humanos

Caracterização dos Recursos Humanos

O CEDSIF contou com um efectivo de trezentos e dez (**310**) colaboradores, sendo duzentos e treze (**213**) do sexo masculino e noventa e sete (**97**) do sexo feminino, sendo que do universo referido, **107** são funcionários públicos e **203** contratados à luz da Lei do Trabalho. Do universo de colaboradores do CEDSIF, quanto à distribuição por nível académico, género e estrutura etária, constata-se que a maior parcela do pessoal é composta por licenciados, no total de **242** colaboradores, o equivalente à **78,06%**, e a faixa etária mais significativa é de **31-40** anos, com **164** colaboradores, o que correspondente a **52,90%** do efectivo global da instituição, conforme ilustra a tabela **3** abaixo.

Tabela 3: Distribuição do Efectivo por Nível Académico, Género e Faixa Etária

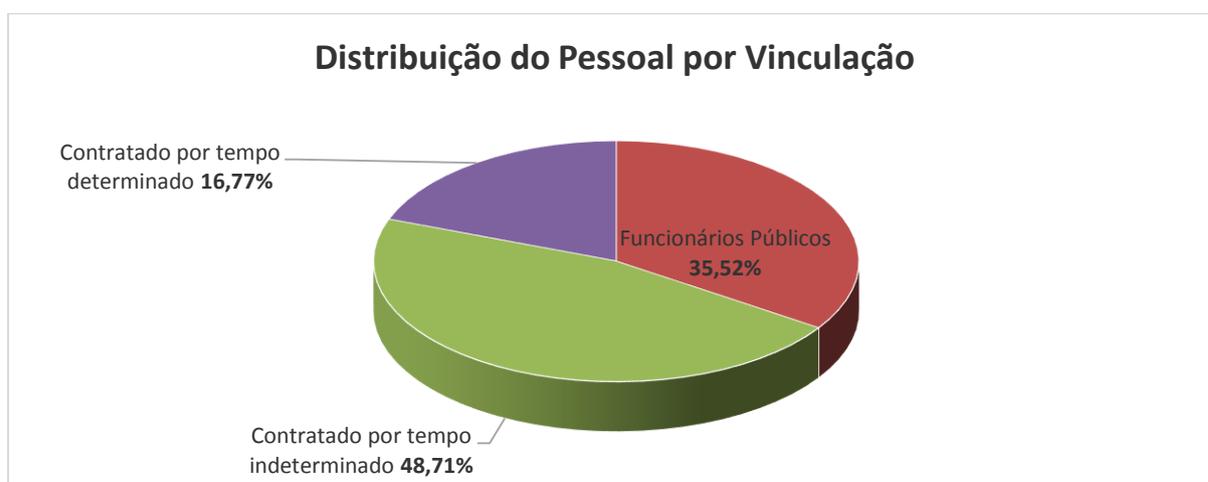
Nível Académico / Género	Faixas Etárias																					
	18-25			26-30			31-40			41-50			51>60			61»			Total Geral			
	F	M	FM	F	M	FM	F	M	FM	F	M	FM	F	M	FM	F	M	FM	F	M	FM	%
Mestrado	0	0	0	0	0	0	6	5	11	2	1	3	0	3	3	0	0	0	8	9	17	5,48
Licenciatura	1	13	14	6	30	36	38	93	131	20	31	50	3	5	8	1	1	2	69	173	242	78,06
Bacharelato	0	0	0	0	0	0	1	1	2	0	1	1	0	1	1	0	0	0	1	3	4	1,29
Médio Profissional	0	0	0	0	4	4	6	3	9	6	0	6	1	1	2	0	0	0	13	8	21	6,77
Médio Geral	1	0	1	0	1	1	3	6	9	1	1	2	1	2	3	0	0	0	6	10	16	5,16
Básico	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	1	3	4	0	0	0	1	4	5	1,61
Elementar	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0		2	2	0	3	3	0	6	6	1,94
Total	2	13	15	6	35	41	54	110	164	29	34	62	6	17	23	1	4	5	97	213	310	100,00

Os colaboradores referidos, quanto à vinculação, compreendem três modalidades, que são a contratação por tempo determinado e indeterminado e funcionários públicos, e estão afectos às diferentes unidades orgânicas, conforme ilustram o gráfico 1 e a tabela 2 seguintes.

Tabela 4. Distribuição do Efectivo por Unidade Orgânica e Projectos

Nº de ord.	Unidade Orgânica	Nível Académico																									
		Mestrado			Licenciatura			Bacharel			Médio Profissional			Médio Geral			Basico			Elementar			Total Geral				
		F	M	HM	F	M	HM	F	M	HM	F	M	HM	F	M	HM	F	M	HM	F	M	HM	F	M	HM	%	
1	AJ	0	0	0	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	1	2	0,65
2	UCI	1	1	2	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	4	1,29
3	DAF	0	0	0	3	2	5	0	0	0	3	3	6	2	3	5	0	4	4	0	5	5	8	17	25	8,06	
4	DAU	0	0	0	1	1	2	0	0	0	7	1	8	1	3	4	0	0	0	0	0	0	9	5	14	4,52	
5	Delegações	0	1	1	3	22	25	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	23	26	8,39	
6	DG	0	1	1	3	2	5	0	2	2	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	4	5	9	2,90	
7	DRH	1	0	1	5	2	7	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	7	2	9	2,90	
8	Escola	0	1	1	3	2	5	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	1	1	0	1	1	4	5	9	2,90	
10	UCGP	1	2	3	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	4	1,29	
10.1	Projecto e-Tributação	0	0	0	2	6	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	6	8	2,58	
10.2	Projecto INAS	0	0	0	0	4	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	4	4	1,29	
10.3	Projecto MPE	0	0	0	5	7	12	0	0	0	0	0	0	1	0	1	0	0	0	0	0	0	6	7	13	4,19	
10.4	Projecto SCI	0	0	0	1	3	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	4	1,29	
10.5	Projecto SGIFP	0	0	0	0	6	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	6	6	1,94	
10.6	Projecto SINAGEC	0	0	0	1	3	4	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	3	4	1,29	
10.7	Projecto SNGRH	0	0	0	2	10	12	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	10	12	3,87	
10.8	Projecto SISMP	0	0	0	1	4	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	1	4	5	1,61	
10.9	Projecto SPO	0	0	0	2	4	6	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	4	6	1,94	
10.10	Projecto SGA	0	0	0	2	9	11	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	9	11	3,55	
11	SCI	1	0	1	2	6	8	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	3	6	9	2,90	
12	SDSI	0	0	0	5	32	37	0	1	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	5	33	38	12,26	
13	SO	0	0	0	6	23	29	0	0	0	1	2	3	0	2	2	0	0	0	0	0	0	7	27	34	10,97	
14	SOM	1	0	1	12	11	23	0	0	0	0	1	1	1	0	1	0	0	0	0	0	0	14	12	26	8,39	
15	SQC	2	0	2		2	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	2	4	1,29	
16	SSSI	1	0	1	1	5	6	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	2	6	8	2,58	
17	UGEA	1	0	1	5	2	7	0	0	0	0	0	0	0	1	1	0	0	0	0	0	0	6	3	9	2,90	
18	UGSI	0	1	1	1	3	4	0	0	0	1	1	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	5	7	2,26	
	Total	9	7	16	67	174	242	0	3	3	14	8	22	6	10	16	0	5	5	0	6	6	97	213	310	100,00	

Gráfico 1: Distribuição do Pessoal por Vinculação



Actividades Constantes do PAO 2018

No âmbito de execução do PAO 2018 foi fortalecida a capacidade técnica dos colaboradores e monitorado o processo de avaliação de desempenho dos colaboradores do CEDSIF, bem como de gestão de recursos humanos, sendo que:

- a) No período em análise, foram capacitados **284** de entre técnicos e quadros de direcção chefia e confiança, dos quais **17** em matérias de Programa de Despesas Públicas e Responsabilidade Financeira - (PEFA), **226** em gestão documental, **5** em arquitectura de negócio, **15** em administração financeira e **6** em em gestão dos equipamentos de armanejamento de dados (Clustered Data Ontap 9) e **15** no âmbito da 5ª edição de formação contínua da integração do conselho dos associados dos contabilistas e auditores da função pública na Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique (OCAM). Espera-se que com esta capacitação os técnicos tenham acrescido a sua visão na componente técnica e, por conseguinte, prestem melhor serviço à Instituição;
- b) Foi realizada a monitoria do processo de avaliação de desempenho acompanhamento no período de 01 de Janeiro á 31 de Dezembro de 2017, tendo sido até 31 de Dezembro de 2108 avaliados 165 colaboradores do total de 310, no âmbito do controlo e acompanhamento das tarefas contidas nos planos de actividades das Unidades Orgânicas, incluindo as delegações;
- c) Foi iniciada a elaboração do Manual de Procedimentos do DRH em resposta a exigência no campo da qualidade e certificação do CEDSIF, tendo sido finalizado o macroprocesso de recrutamento e selecção;
- d) Foram tramitados para o Tribunal Administrativo para efeitos de fiscalização prévia **96** processos administrativos dos quais **70** já com visto referentes a novos contratos de trabalho e renovação de contratos, **8** de desvinculação, **7** de destacamentos, **6** de transferência e **5** aguardam visto de renovação de contrato; e
- e) Foi foram instaurados **13** processos disciplinares que resultaram nas seguintes penas, **7** multas, **3** repreensões registradas, **2** expulsões e **1** despromoção, para assegurar que os colaboradores no desempenho das suas tarefas pautem pela ética e actuem com transparência, moralidade e cumprimento dos seus deveres.

2.4.3 Gestão de Contratos de Aquisição de Bens e Serviços

O Plano Anual de Aquisições (PAA) 2018, instrumento de gestão de contratações públicas para aquisição de bens e serviços, inicialmente previa **54** contratações, incluindo os transitados de 2017, tendo sido actualizado para **108**. Esta variação resultou em parte da inclusão de **19** concursos, no âmbito do Memorando de Entendimento entre o Gabinete de Gestão de Riscos do Ministério da Economia e Finanças e a Irlanda, nos termos do qual o CEDSIF liquidará as despesas decorrentes do financiamento de certas actividades daquela instituição pela Irlanda; mais **25** contratações decorrentes das necessidades actualizadas das unidades orgânicas resultante da disponibilização de recursos para o efeito e **10** resultantes do financiamento da União Europeia.

Na execução do Plano Anual de Aquisições (PAA) foram aplicados tanto as modalidades de contratação competitiva, assim como a de ajuste directo, conforme ilustra a tabela 5.

Tabela 5: Modalidades de Contratação de Janeiro a Dezembro de 2018

Período	Modalidade de Contratação	Dezembro	Acumulado
Transitados de 2017	Concursos Lançados	-	11
	Ajuste Directo Lançados	-	03
2018	Concursos Lançados	4	56
	Ajuste Directo Lançados (incluindo adesões)	1	34
	Concursos por lançar	-	04
	Ajuste Directo por lançar	-	0
	Total	-	108
	Contratos Celebrados	10	61
	Adendas a Contratos	1	8
Prorrogações	1	8	

A contratação por Ajuste Directo, apesar de ter fundamento legal, é a menos privilegiada, sendo que o CEDSIF optou por esta modalidade na contratação de manutenção de viaturas nos agentes, na contratação do Conselho Municipal para prestação de serviços de recolha de lixo e resíduos sólidos e estacionamento de viaturas, na contratação do arrendamento de armazém, na contratação de serviços de comunicação móvel e fixa, nos contratos de adesão para fornecimento de energia eléctrica e água, decorrente de concursos desertos.

Tabela 6: Concursos e Ajustes Directos lançados em 2018 (excluindo os transitados de 2017)

Modalidade	Fundamentação da Modalidade	Nº	Valor Agregado (MT)	Peso em %
Ajuste Directo	Manutenção de viaturas nos agentes, contratação do Conselho Municipal para prestação de serviços de recolha de lixo e resíduos sólidos e estacionamento de viaturas, contratação do arrendamento de armazém, contratação de serviços de comunicação móvel e fixa com especial enfoque para rede do e-SISTAFE (78.000.000,00MT), nos contratos de adesão para fornecimento de energia eléctrica e água e decorrente de concursos desertos.	31	23.043.239,7	7%
Concursos	Regime geral	63	298.137.483,03	93%
Total		94	321.180.722,79	100%

2.4.4 Componente Orçamental

A dotação orçamental inicial do CEDSIF para o exercício económico de 2018 foi de **462.767.730,00 MT**, tendo registado, face à (i) inscrição de saldos transitados de 2017; (ii) reposição de 10% da primeira subvenção da União Europeia; (iii) reforço do orçamento para cobertura das despesas do projecto de Sistema de Gestão de Informação de Finanças Públicas; (iv) inscrição de compromisso adicional para cobertura das despesas do projecto e-Tributação; (v) inscrição do valor da segunda subvenção da União Europeia; (vi) reforço e libertação da dotação dos recursos do Tesouro; e por fim a (vii) inscrição das receitas próprias realizadas em 2018, um acréscimo no valor **830.206.172,76MT**, resultando, por conseguinte, numa dotação orçamental actualizada de **1.292.973.902,76MT**; dotação esta executada no valor de **886.603.101,68 MT**, o equivalente a **68,57%**, a 31 de Dezembro, por razões a desenvolver na avaliação do desempenho.

2.4.5 Funcionamento do Conselho de Direcção

Em actividades de administração e gestão do CEDSIF, sob orientação da Direcção Geral, o Conselho de Direcção reuniu-se em sessões ordinárias e extraordinárias para apreciar, recomendar, informar e dar o ponto de situação dos diversos assuntos da vida da Instituição, tendo sido registadas **30** sessões, das quais **23** Ordinárias e **7** Extraordinárias. As Sessões Ordinárias obedeceram ao calendário das sessões do Conselho de Direcção de 2018, cumprindo-se assim com o programa. Para cada sessão foram elaboradas sínteses que sumarizam as matérias tratadas e as recomendações emanadas que constam

de Matrizes para Acompanhamento das Decisões e Orientações do Conselho de Direcção, as quais foram devidamente assinadas e arquivadas. Das sessões realizadas, foram emanadas **135** recomendações, dentre estas **119** são de Sessões Ordinárias e **16** das Extraordinárias, para dinamizar a materialização das acções inscritas no PAO 2018.

3. BALANÇO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A dotação orçamental inicial do CEDSIF para o exercício de 2018 foi de **462.767.730,00 MT**, tendo passado para **1.292.973.902,76MT**, o que representa um acréscimo de **830.206.172,76MT**, face às inscrições ocorridas ao longo do exercício económico, conforme ilustra a tabela 7 abaixo, resultante de:

- Inscrição de saldos transitados de 2017 para 2018;
- Transferências das dotações orçamentais as Delegações províncias do CEDSIF;
- Reposição de 10% da primeira subvenção da União Europeia;
- Reforço do orçamento para cobertura das despesas do projecto do Sistema de Gestão de Informação de Finanças Públicas;
- Transferência de Dotação orçamental a Inspeção Geral das Finanças (IGF);
- Valor adicional do compromisso de cobertura das despesas do projecto e-Tributação;
- Valor do compromisso referente à segunda subvenção da União Europeia;
- Reforço e libertação da dotação dos Recursos do Tesouro; e
- Excesso de receitas próprias realizadas em 2018.

Tabela 7: Mapa de Variação Orçamental de 2018 (MT)

Ordem	Fonte de Recurso	Dotação Inicial		Dotação Actualizada		Variação da Dotação	
		Valor (1)	Peso	Valor (2)	Peso	Valor (3=2-1)	Peso
1	101 RT	317.184.730,00	68,54%	568.995.639,99	44,01%	251.810.909,99	30,33%
2	111 CEDSIF	60.010.330,00	12,97%	109.073.389,03	8,44%	49.063.059,03	5,91%
3	Total Componente Interna	377.195.060,00	81,51%	678.069.029,02	52,44%	300.873.969,02	36,24%
4	133FCSIST AFE	23.914.060,00	5,17%	402.557.846,76	31,13%	378.643.786,76	45,61%
5	134BEL	14.500.000,00	3,13%	3.985.090,58	0,31%	-10.514.909,42	-1,27%
6	134BEL-CEDSIF		0,00%	10.514.909,42	0,81%	10.514.909,42	1,27%
7	134UE-CEDSIF		0,00%	29.507.396,39	2,28%	29.507.396,39	3,55%
8	134UE-CDSIF2		0,00%	76.901.145,65	5,95%	76.901.145,65	9,26%
9	134IRL CEDSIF		0,00%	14.987.126,70	1,16%	14.987.126,70	1,81%
10	134ASDI	592.420,00	0,13%	592.420,00	0,05%	0,00	0,00%
11	134WB-DNT	46.566.190,00	10,06%	75.858.938,24	5,87%	29.292.748,24	3,53%
12	Total Componente Externa	85.572.670,00	18,49%	614.904.873,74	47,56%	529.332.203,74	63,76%
13=3+12	Global	462.767.730,00	100,00%	1.292.973.902,76	100,00%	830.206.172,76	100,00%

Saldo Inicial

O CEDSIF transitou de 2017 para 2018 com um saldo financeiro de **289.036.358,66 MT**, assim discriminados por fontes de recursos na tabela 8.

Tabela 8: Mapa de Saldo Inicial

Descrição	Moeda	Valores Detalhados	Câmbio	Valores MT
Valores em MZM				138.942.094,81
Tesouro - MT 133FCSISTAFE	MT	38.624.076,02	1,00	38.624.076,02
Tesouro - MT 134UE	MT	3.228.354,08	1,00	3.228.354,08
BCI - CEDSIF - MT Conta 0008 0000 53737613101 80	MT	45.934.617,51	1,00	45.934.617,51
Operações de Tesouraria (BCI - CEDSIF - MT Conta 0008 0000 53737613101 80)	MT	274.091,63	1,00	274.091,63
BCI - CEDSIF - MT Conta 0008 0000 14712476101 80	MT	2.250,00	1,00	2.250,00
BIM - CEDSIF - MT Conta 0001 0000 00000756698 57	MT	325.108,56	1,00	325.108,56
111CEDSIF-Receitas Próprias	MT	13.147.340,21	1,00	13.147.340,21
Tesouro - MT 134WB-CEDSIF	MT	37.406.256,80	1,00	37.406.256,80
Valores em MT - DPPFs	MT			0,00
Valores em USD				102.638.636,81
Tesouro - USD 133FCSISTAFE	USD	1.484.863,80	59,03	87.651.510,11
BM - CEDSIF - USD	USD	253.890,00	59,03	14.987.126,70
Tesouro - USD 134UE-CEDSIF	USD			0,00
Valores em EURO - Tesouro				47.455.627,03
Tesouro - Eur 133FCSISTAFE	EUR	673.750,65	70,44	47.455.627,03
Valor Total				289.036.358,66

Entradas do Período

De Janeiro a Dezembro de 2018, houve entrada de recursos financeiros na ordem de **1.132.202.004,50MT**, assim discriminados:

- **633.427.204,57MT**, proveniente de recursos de tesouro;
- **345.282.173,75MT** proveniente dos seguintes Parceiros.
 - **174.646.683,32MT**, desembolsado pela Dinamarca,
 - **149.834.426,43MT**, proveniente da União Europeia, e
 - **20.801.064,00MT**, desembolsado pela Itália
- **893.805,43MT**, proveniente de devolução de valores e garantias,
- **152.598.820,75MT**, proveniente de receitas próprias.

No período de Janeiro a Dezembro de 2018, o CEDSIF arrecadou em receitas próprias o montante de **152.598.820,75MT** (inclui receitas cobradas e transitadas do exercício económico de 2017), contra o montante de **60.010.330,00 MT** previsto inicialmente por arrecadar em 2018, conforme ilustra a tabela 9. O elevado nível de cobrança de receitas durante o período em análise, foi influenciado pela identificação de novas fontes (entidades) de receitas, não previstas no plano de arrecadação de receitas próprias, elaborado em 2017.

Tabela 9: Receitas do Período (MT)

Receitas Próprias-CEDSIF 2018	Previsão Inicial das Receitas Própria (1)	Inscrição de Saldo das Receitas Próprias (2)	Inscrição de excesso das Recitas Próprias (3)	Previsão Atualizada das Receitas Própria (4=1+2+3)	Valores Cobradas (5)	Saldo (6=4-5)	Grau de Execução
Letshego	28.747.320,00			28.747.320,00	45.888.430,00	17.141.110,00	160%
Movitel	162.000,00			162.000,00	162.000,00	-	100%
Banco +	902.400,00			902.400,00	6.615.486,00	5.713.086,00	733%
BayPort	20.159.160,00			20.159.160,00	58.528.640,00	38.369.480,00	290%
MozaBanco	487.662,84			487.662,84	469.549,27	(18.113,57)	96%
INTIC (INAGE)	487.662,84			487.662,84	543.962,84	56.300,00	112%
TA	487.662,84			487.662,84	203.192,85	(284.469,99)	42%
BCI	-			-	7.583.605,00	7.583.605,00	
Escola do CEDSIF	2.216.461,48			2.216.461,48	1.031.588,55	(1.184.872,93)	47%
Venda de Cadernos de Encargo	60.000,00			60.000,00	1.100,00	(58.900,00)	2%
INAS (OIT)	6.300.000,00			6.300.000,00	2.634.200,00	(3.665.800,00)	42%
Projecto SGNRHE	-			-	-	-	
Seguros (ISSM)	-			-	750.000,00	750.000,00	
BANCO OPORTUNIDADE	-			-	4.707.640,00	4.707.640,00	
BIM	-			-	1.795.710,00	1.795.710,00	
Outros Proveitos Financeiros (Juros)	-			-	643.741,75	643.741,75	
Ministerio da Agricultura e Seguranca Alimentar-DNE-PSP	-			-	2.369.877,68	2.369.877,68	
Excesso das Receitas Próprias			30.392.962,22	30.392.962,22			
Saldo transitado de 2017 para 2018		18.670.096,81		18.670.096,81			100,00%
1.TOTAL DAS RECEITAS PRÓPRIAS	60.010.330,00	18.670.096,81	30.392.962,22	109.073.389,03	152.598.820,75	43.525.431,72	139,90%
Devoluções de Valores					334.040,00	334.040,00	
Garantias					559.765,43	559.765,43	
2.TOTAL DAS OUTRAS ENTRADAS (NÃO RECEITAS)	-	-	-	-	893.805,43	893.805,43	
Governo					557.765.238,17	557.765.238,17	
Adiantamento de Fundos					75.661.966,40	75.661.966,40	
3.GOVERNO	-	-	-	-	633.427.204,57	633.427.204,57	
Dinamarca					174.646.683,32	174.646.683,32	
União Europeia					149.834.426,43	149.834.426,43	
Italia					20.801.064,00	20.801.064,00	
4.DESEMBOLSOS DOS PARCEIROS	-	-	-	-	345.282.173,75	345.282.173,75	
5.GLOBAL (1+2+3+4)	60.010.330,00	18.670.096,81	30.392.962,22	109.073.389,03	1.132.202.004,50	1.023.128.615,47	

Execução de Despesas por Rubrica

Tabela 10: Execução por Classificação Económica da Despesa (MT)

Descrição	Dotação Inicial 2018		Dotação atualizada				Execução				Saldo da Dotação - Ano 2018		Variação		Grau de Execução de 2018 (9=4/2)
	Valor (1)	Peso	Ano de 2018		Ano de 2017		Ano 2018		Ano 2017		Valor (6=2-4)	Peso	Orçamento (7=(2-3)/3)	Execução (8=(4-5)/5)	
SALÁRIOS E REMUNERAÇÕES	333.095.000,00	71,99%	424.377.676,01	32,82%	374.795.490,98	33,77%	416.315.274,65	46,98%	359.688.768,41	45,92%	8.062.401,36	2%	13,23%	15,74%	98,10%
DEMAIS DESPESAS COM PESSOAL	1.500.000,00	0,32%	6.183.931,82	0,48%	12.303.664,29	1,11%	4.741.576,85	0,54%	6.244.219,80	0,80%	1.442.354,97	0%	-49,74%	-24,06%	76,68%
BENS	6.703.470,00	1,45%	18.615.124,27	1,44%	12.818.591,32	1,15%	8.718.312,35	0,98%	5.987.177,13	0,76%	9.896.811,92	2%	45,22%	45,62%	46,83%
SERVIÇOS	81.020.320,00	17,51%	611.990.980,84	47,33%	491.648.714,25	44,30%	373.130.476,77	42,11%	251.548.580,04	32,12%	238.860.504,07	59%	24,48%	48,33%	60,97%
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES A FAMÍLIAS-SUBSIDIO POR MORTE		0,00%	50.000,00	0,00%	50.000,00	0,00%	5.000,00	0,00%		0,00%	45.000,00	0%	0,00%		10,00%
DEMAIS DESPESAS CORRENTES-RESTITUIÇÃO DE RECEITAS		0,00%	49.907,64	0,00%		0,00%	45.756,14	0,01%		0,00%	4.151,50	0%			91,68%
CONSTRUÇÕES		0,00%	7.436.888,93	0,58%		0,00%		0,00%		0,00%	7.436.888,93	2%			0,00%
MAQUINARIA EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIOS	26.494.940,00	5,73%	148.102.430,56	11,45%	104.555.432,78	9,42%	20.186.932,66	2,28%	50.989.464,10	6,51%	127.915.497,90	31%	41,65%	-60,41%	13,63%
MEIOS DE TRANSPORTE	13.904.000,00	3,00%	7.672.427,26	0,59%		0,00%		0,00%		0,00%	7.672.427,26	2%			0,00%
DEMAIS BENS DE CAPITAL		0,00%	68.494.535,43	5,30%	113.765.518,24	10,25%	62.927.424,11	7,10%	108.795.986,05	13,89%	5.567.111,32	1%	-39,79%	-42,16%	91,87%
TOTAL	462.717.730,00	100,00%	1.292.973.902,76	100,00%	1.109.937.411,86	100,00%	886.070.753,53	100,00%	783.254.195,53	100,00%	406.903.149,23	100%	16,49%	13,13%	68,53%

Observação: O valor da execução da despesa acumulada é respeitante apenas à operações realizadas por Via Directa, sendo que adicionado o valor de **532.348,15 MT** executado fora do SISTAFE, o grau de execução é de **68,58%**, resultantes de **886.603.101,68 MT**.

Salários e Remunerações

No período de Janeiro a Dezembro de 2018, a rubrica de Salários e Remunerações do pessoal nacional registou uma execução de **416.315.274,65MT**, o que corresponde a **98,1%** da dotação orçamental actualizada, representando um peso de **46,98%** da execução global. Esta execução comparada com a de 2017 revela um crescimento na ordem de **15,74%**, resultante do pagamento de 13º Salário de 2017 e aumento do Governo.

Demais Despesas com o Pessoal Civil

A execução desta rubrica foi de **4.741.576,85MT**, o que corresponde a **0,54%** do peso total da execução é de **76,68%** da execução da rubrica. Nesta rubrica destaca-se o pagamento de subsídios aos estagiários do Sistema de Gestão Documental-SGD e afecto à Planificação, Avaliação e Monitoria, e também pagamento das ajudas de custos em deslocações de serviço, no âmbito da formação dos formadores provinciais do e-SISTAFE em matérias do Módulo de Administração do Património do Estado e do Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado. A rubrica teve decréscimo de execução na ordem de **24,06%** em relação a 2017, influenciado pela redução do orçamento na ordem de 49,74%.

Bens

A rubrica de bens congrega as despesas de combustível, bens para manutenção de móveis e imóveis, material de consumo para escritório, etc. Esta rubrica atingiu uma execução no montante de **8.718.312,35MT**, o que corresponde a **0,98%** do peso total da execução e **46,83%** da execução da rubrica. Relativamente a 2017, a rubrica registou um acréscimo em **45,62%**, derivado de acréscimo no orçamento.

Serviços

A rubrica de serviços agrega o pagamento da prestação dos serviços de manutenção, reparação de bens imóveis, rendas, entre outros. A sua execução foi de **373.130.476,77 MT**, o que corresponde a **42,11%** do peso total da execução e **60,97%** da execução da rubrica. Face a execução de 2017, a rubrica registou um decréscimo na ordem de **48,33%**.

Transferências Correntes a Famílias - Subsídio por Morte

A rubrica de transferências correntes a famílias - subsídio por morte suporta despesas dos familiares a cargo do colaborador falecido. A sua execução foi de **5.000,00MT**, o que corresponde a **10,00%** da execução da rubrica.

Demais Despesas Correntes - Restituição de Receitas

No que concerne a esta linha, foi registada uma execução no montante de **45.756,14MT**, o que corresponde a **0.01%** do peso total da execução e **91.68%** da execução da rubrica. A restituição de receitas refere-se a devolução de garantias. Salientar que, o CEDSIF transitou do exercício económico de 2017 para 2018 com saldo das garantias no montante de **510.733,00MT**, durante o período recebeu montante de **559.765,43MT** e devolveu **45.756,14MT**. Assim sendo, transita do ano 2018 para 2019 com saldo no valor de **1.024.742,29MT**.

Equipamento e Mobiliário

No que concerne a esta linha de despesas, foi registada uma execução no montante de **20.186.932,66MT**, o que corresponde a **2.28%** do peso total da execução e **13.63%** da execução da rubrica. A despesa é de aquisição de diverso equipamento Informático e, em 2018, decresceu em **60,41%** comparada ao ano 2017.

Demais Despesas de Capital

Esta rubrica registou uma execução no montante de **62.927.424,11MT**, o que corresponde a um nível de execução de **7.10%** do peso total do total executado e **91.87%** da execução da rubrica. A despesa refere-se às licenças de ETPM, exclui a das licenças da base de dados paga em 2017, razão pela qual decresceu em **42,16%**.

Saldo Financeiro a 31 de Dezembro de 2018

O saldo financeiro final, incluindo os fundos dos Parceiros do Fundo Comum, da União Europeia, Receitas Próprias das contas bancárias do CEDSIF nos bancos comerciais, na CUT e na Conta Forex, é de **384.648.964,69MZN** tal como ilustra a tabela 11.

Tabela 11: Saldo Financeiro do CEDSIF a 31/12/2018

Descrição	Valor	Câmbio	Valor MT
Valores em MZM			200.969.931,64
Tesouro - MZN (133FCSISTAFE - MT)	75.637.680,57	1,00	75.637.680,57
Tesouro - MZN 134UE	25.191.833,98	1,00	25.191.833,98
BCI - CEDSIF - MZN Conta 0008 0000 53737613101 80	12.631.115,92	1,00	12.631.115,92
BIM - CEDSIF - MZN Conta 0001 0000 00000756698 57	377.655,00	1,00	377.655,00
111CEDSIF-Receitas Próprias	65.258.717,64	1,00	65.258.717,64
134BEL-CEDSIF	6.345.454,93	1,00	6.345.454,93
134IRLCEDESIF	9.437.592,84	1,00	9.437.592,84
134BEL-CDSIF2	6.089.880,76	1,00	6.089.880,76
Tesouro - MZN 134WB-CEDSIF			-
Valores em MZM - DPPFs			-
Valores em USD			179.808.364,28
Tesouro - USD 133FCSISTAFE	880.960,36	61,46	54.143.823,73
BM - CEDSIF - USD			-
Tesouro - USD 134UE-CEDSIF			-
Tesouro - USD 134UE-CDSIF2	2.044.655,72	61,46	125.664.540,55
Valores em EURO - Tesouro			3.870.668,78
Tesouro - Eur 133FCSISTAFE	50.990,39	70,37	3.588.193,74
Tesouro - USD 134UE-CDSIF2	4.014,14	70,37	282.475,03
Saldo Final -2018			384.648.964,69

O CEDSIF iniciou o exercício económico de 2018 com saldo de **289.036.358,66MT**, registou ao longo do ano entradas no valor de **1.068.472.201,22MT** (Receitas Próprias 133.928.423,94MT, fundos do Tesouro 557.765.238,17MT, e Donativos 376.778.539,11MT), transferiu da dotação total recursos financeiros no valor de **86.256.493,51MT**, e realizou despesas no valor de **886.603.101,68MT**, incluindo as não pagas por VD cujo valor é de **532.348,51MT**, tendo resultado no fim do exercício económico de 2019 no saldo de **384.648.964,69MT**.

Execução das Direcções Provinciais de Economia e Finanças (Orçamento das Delegações do CEDSIF)

O CEDSIF procedeu à transferência de dotação (FR-111CEDSIF) para as DPEF a fim de garantir as despesas de funcionamento das Delegações do CEDSIF, sendo que, conforme as regras estabelecidas, a prestação de contas é feita ao nível de cada Província. Estes recursos foram executados em **92,18%** (vide tabela 12).

Na Fonte de recursos dos Parceiros de Fundo Comum (133FCSISTAFE) e da União Europeia 134UE-CEDSIF, os saldos transitados de 2017 para 2018 foram recolhidos para o nível central, transitando para o exercício económico de 2019 com um saldo de **2.000,00 MT** da FR 133FCSISTAFE (vide tabela 13).

Tabela 12: Execução das DPEF – Fonte de Recursos: 133FCSISTAFE (MT)

Fonte de Recursos: 133FCSISTAFE		Entradas				Saída				
UI	Unidade	Saldo inicial (1)	Recolha de Recursos Financeiros (2)	Transferências da Central pra DPEFs (3)	Total de Recursos Financeiros (4=1+2+3)	Execução (5)	Recolha de Saldo das DPEF's para Central (6)	Total de Saída (7)	Saldo (8=4-7)	Grau de Execução (4=4/3)
27B900022	DPPF Niassa UI do STP da Despesas de Niassa	228.064,70			228.064,70		226.064,70	226.064,70	2.000,00	0,00%
27C900022	DPPF Niassa UI do STP da Despesas de Cabo Delgado	14.500,00			14.500,00		14.500,00	14.500,00	-	0,00%
27D900022	DPPF Nampula UI do STP da Despesas de Nampula	1.117,50			1.117,50		1.117,50	1.117,50	-	0,00%
27E900022	DPPF Zambézia UI do STP da Despesas de Zambézia	4.919,11			4.919,11		4.919,11	4.919,11	(0,00)	0,00%
27D900022	DPPF Tete UI do STP da Despesas de Tete	1.848,35			1.848,35		1.848,35	1.848,35	(0,00)	0,00%
27G900022	DPPF Tete UI do STP da Despesas de Manica	917,11			917,11		917,11	917,11	(0,00)	0,00%
27H900022	DPPF Sofala UI do STP da Despesas de Sofala	20.481,95			20.481,95		20.481,95	20.481,95	(0,00)	0,00%
27I900022	DPPF l'bane UI do STP da Despesas de l'bane	33.582,20			33.582,20		33.582,20	33.582,20	-	0,00%
27J900022	DPPF Gaza UI do STP da Despesas de Gaza	164.489,91			164.489,91		164.489,91	164.489,91	-	0,00%
27K900022	DPPF MP UI do STP da Despesas de Maputo Província	269.317,48			269.317,48		269.317,48	269.317,48	-	0,00%
	Total	739.238,31	-	-	739.238,31	-	737.238,31	737.238,31	2.000,00	0,00%

Tabela 13: Execução das DPEF – Fonte de Recursos: 133FCSISTAFE (MT)

Fonte de Recursos: 134UE-CEDSIF		Entradas				Saída				
UI	Unidade	Saldo inicial (1)	Recolha de Recursos Financeiros (2)	Transferências da Central pra DPEFs (3)	Total de Recursos Financeiros (4=1+2+3)	Execução (5)	Recolha de Saldo das DPEF's para Central (6)	Total de Saída (7)	Saldo (8=4-7)	Grau de Execução (4=4/3)
27B900022	DPPF Niassa UI do STP da Despesas de Niassa	-			-			-	-	
27C900022	DPPF Niassa UI do STP da Despesas de Cabo Delgado	-			-			-	-	
27D900022	DPPF Nampula UI do STP da Despesas de Nampula	-			-			-	-	
27E900022	DPPF Zambézia UI do STP da Despesas de Zambézia	-			-			-	-	
27D900022	DPPF Tete UI do STP da Despesas de Tete	1.700,00			1.700,00		1.700,00	1.700,00	-	
27G900022	DPPF Tete UI do STP da Despesas de Manica	-			-			-	-	
27H900022	DPPF Sofala UI do STP da Despesas de Sofala	-			-			-	-	
27I900022	DPPF l'bane UI do STP da Despesas de l'bane	-			-			-	-	
27J900022	DPPF Gaza UI do STP da Despesas de Gaza	-			-			-	-	
27K900022	DPPF MP UI do STP da Despesas de Maputo Província	-			-			-	-	
	Total	1.700,00	-	-	1.700,00	-	1.700,00	1.700,00	-	0,00%

Tabela 14: Execução das DPEF– Fonte de Recursos: 133FCSISTAFE (MT)

Fonte de Recursos: 111CEDSIF		Dotação Actualizada		Execução		Saldo da Dotação		
UI	Unidade	Valor	Peso	Valor	Peso	Valor	Peso	Grau de Execução
27B900022	DPPF Niassa UI do STP da Despesas de Niassa	490.986,90	11,53%	484.708,97	12,35%	6.277,93	1,88%	98,72%
27C900022	DPPF Niassa UI do STP da Despesas de Cabo Delgado	402.342,07	9,45%	402.263,10	10,25%	78,97	0,02%	99,98%
27D900022	DPPF Nampula UI do STP da Despesas de Nampula	482.986,91	11,34%	470.565,98	11,99%	12.420,93	3,73%	97,43%
27E900022	DPPF Zambézia UI do STP da Despesas de Zambézia	486.986,91	11,43%	477.926,00	12,17%	9.060,91	2,72%	98,14%
27D900022	DPPF Tete UI do STP da Despesas de Tete	380.342,06	8,93%	365.825,07	9,32%	14.516,99	4,36%	96,18%
27G900022	DPPF Tete UI do STP da Despesas de Manica	375.342,06	8,81%	374.168,29	9,53%	1.173,77	0,35%	99,69%
27H900022	DPPF Sofala UI do STP da Despesas de Sofala	502.986,91	11,81%	456.067,15	11,62%	46.919,76	14,09%	90,67%
27I900022	DPPF l'bane UI do STP da Despesas de l'bane	390.342,06	9,17%	222.271,77	5,66%	168.070,29	50,46%	56,94%
27J900022	DPPF Gaza UI do STP da Despesas de Gaza	416.342,06	9,78%	369.044,37	9,40%	47.297,69	14,20%	88,64%
27K900022	DPPF MP UI do STP da Despesas de Maputo Provincia	330.342,06	7,76%	303.090,45	7,72%	27.251,61	8,18%	91,75%
	Total	4.259.000,00	100,00%	3.925.931,15	100,00%	333.068,85	100,00%	92,18%

4. AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO

Para o exercício económico do ano 2018, a matriz de controlo de execução de actividades do PAO 2018 mostra que estavam programadas **82** actividades, dentre as quais, **52** foram executadas, **21** iniciadas e **9** não realizadas, conforme ilustra a tabela 15.

Tabela 15: Dinâmica de Execução das Actividades do PAO 2018

Execução das Actividades do PAO 2018					
Por Objectivo Estratégico	Actividades do PAO	Realizadas/incluindo as não do PAO	Iniciadas	Não Realizadas (Financiamento)	Não Realizadas (Diversas Razões)
A. Consolidar a Reforma do SISTAFE	23	16	6	0	1
B. Dar Continuidade à Implementação do SISTAFE	19	8	6	4	1
C. Apoiar Instituições do Estado na Implementação de Sistemas Complementares ao SISTAFE	3	2	1		
D. Garantir o Funcionamento e Desenvolvimento Institucional do CEDSIF	37	26	8	1	2
Total	82	52	21	5	4
Actividades não Realizadas %				10,98%	
Actividades Iniciadas %			25,61%		
Avaliação de Desempenho %		63,41%			

Observação: Percentagens são calculadas em função das **82** actividades previstas no PAO 2018 pelo número de actividades concluídas, iniciadas ou não realizadas, como dividendo.

A avaliação do desempenho é positiva, pois **52** actividades, equivalentes à **63,41%** das previstas no PAO 2018, foram realizadas; **21**, correspondentes à **25,61%**, foram iniciadas e **9**, com o peso de **10,98%**, não foram executadas. Do número de actividades não executadas, **4** foi devido à falta de financiamento e **5** não tiveram lugar por razões de diversa ordem.

Refira-se que a maior parte das actividades concluídas são de suporte, ou seja, garantiram o funcionamento da instituição e outras relativas à consolidação da reforma e implementação do SISTAFE.

Actividades Não Realizadas

Aquando da execução do PAO 2018, nove (9) actividades não foram realizadas, umas por falta de financiamento e algumas por razões de ordem, tendo sido reprogramadas para o exercício económico 2019. As actividades referidas são as seguintes:

- Realizar eventos anuais de apresentação (sessões de esclarecimento) de projectos e actividades do CEDSIF a nível provincial e central, dirigidos à Administração Pública, Parceiros e Sociedade Civil;
- Enquadrar os colaboradores do CEDSIF nas Carreiras Profissionais;
- Actualizar (Upgrade) *MS Active Directory e Exchange Server 2012* para 2016;
- Desenvolver funcionalidades de gestão do controlo interno quanto à gestão da programação do controlo interno (PCI); execução de auditorias; gestão do relato de auditorias; relatórios operacionais; gestão de recomendações; formar os Utilizadores;
- Formar os Utilizadores das Unidades Funcionais do SCI;
- Disponibilizar as funcionalidades para todas as Unidades Funcionais do SCI;
- Desenvolver e disponibilizar as funcionalidades de Geração automática da PCI e do Relatório do Controlo Interno, bem como formar os Utilizadores; e
- Realizar o Fórum dos Utilizadores do e-SISTAFE.

Quanto à execução orçamental, esta afigura-se fraca, considerando que a dotação orçamental final para o ano de 2018 foi de **1.292.973.902,76MT** e foi executada apenas no valor de **886.070.753,53 MT**, o equivalente a **68,57%**, a 31 de Dezembro. Contribuíram para fraca execução orçamental o aumento acentuado da dotação orçamental ao longo do ano, sobretudo no 3º trimestre, sendo de relevar os seguintes factores:

- (i) O desembolso dos recursos da União Europeia, que estavam dependentes da aprovação da Nova Subvenção, destinados a cobrir as despesas de contratação de consultores que irão apoiar o desenvolvimento do Módulo de Planificação e Orçamentação, capacitação do pessoal do CEDSIF, incluindo a aquisição de viaturas e equipamento informático para as delegações provinciais, aquisição de

equipamento para os laboratórios do e-SISTAFE e formação dos utilizadores do e-SISTAFE; (ii) a inscrição do excesso de receitas próprias e (iii) o reforço dos recursos provenientes do tesouro para atender as despesas do SISTAFE e do funcionamento do CEDSIF; e

- Desembolso, no 3º trimestre, de recursos do Governo da Itália e do Reino da Dinamarca; operação que dependia da finalização e entrega do Relatório de Auditoria às Contas e Procedimentos do CEDSIF referentes ao exercício económico de 2017.

Na verdade, porque estes recursos são para cobrir despesas de aquisição de bens e de serviço prestados por empresas privadas, e, considerando o tempo que absorve este processo, desde lançamento do concurso até a sua adjudicação, era de prever o efeito negativo na execução orçamental anual. Refira-se que os recursos da União Europeia e do Fundo Comum ao SISTAFE não executados, face ao desembolso ocorrido no 3º trimestre, representam **24%** da dotação orçamental actualizada do CEDSIF em 2018.

Refira-se que a dotação orçamental proveniente dos parceiros de cooperação internacional é para cobrir exclusivamente despesas específicas e, no âmbito da sua execução por envolver vários condicionalismos, não pode financiar grande parte das necessidades da instituição.

Adicionalmente, são de considerar, os seguintes factos:

- A orçamentação da totalidade dos montantes dos contratos plurianuais: influenciando desta forma no incremento do orçamento anual do ano em questão, mas que parte deste não é executado no mesmo ano, situação que futuramente será corrigida face à operacionalização da nova funcionalidade no MPE, que permite apenas a inscrição de recursos necessários no exercício económico e,
- A indisponibilização, pela Direcção Nacional do Tesouro (DNT), de parte de recursos do Banco Mundial destinados a suportar o Projeto Sistema de Gestão de Informação de Finanças Públicas (SGIFP), embora inscritos no orçamento do CEDSIF a nível do Sistema, bem como pela Agência Sueca de Desenvolvimento Internacional (ASDI) dos recursos destinados ao projecto Subsistema de Controlo Interno, incrementando assim a dotação orçamental.

5. PERSPECTIVAS PARA O ANO 2019

As perspectivas de execução do PAO 2019 estão focalizadas na prossecução das actividades já iniciadas, no âmbito da execução Plano Estratégico 2014-2019, com prioridade a melhoria dos Módulos existentes no e-SISTAFE, o desenvolvimento dos Módulos previsto na Lei do SISTAFE e de acções que materializam os resultados definidos por objectivo estratégico, incluindo o apoio na implantação de Sistemas Complementares ao e-SISTAFE. As actividades programadas são as seguintes:

Consolidar a Reforma do SISTAFE

- Reforçar e/ou criar laboratórios do e-SISTAFE a nível nacional para assegurar que as UGE sem equipamento do e-SISTAFE executem a despesa por via directa;
- Rever os conteúdos Programáticos das Formações e reciclagens dos utilizadores do e-SISTAFE;
- Dar continuidade à formação e reciclagem dos utilizadores do e-SISTAFE;
- Dar prosseguimento à acções de melhoria do SISTAFE focalizadas aos processos do Negócio, com incidência na:
 - ✓ Implementação do Plano de Acção de Revisão dos Perfis de Acesso ao e-SISTAFE (e-CAF/e-Folha, II Fase);
 - ✓ Identificação e implementação de melhorias correctivas e evolutivas dos módulos existentes no e-SISTAFE, incluindo a provisão de condições para funcionamento do e-SISTAFE;
 - ✓ Aprimoramento das funcionalidades de Retenção da Fonte e de processamento e pagamento de salários;
 - ✓ Desenvolvimento das funcionalidades de acompanhamento de transferência da Receita de Multas da Conta de Receita de Terceiros das Direcções Provinciais de Economia e Finanças (DPEF) e a nível Central, para CUT; de modo a permitir que estas informações façam parte dos balanços e relatórios da Conta Geral do Estado; criação de funcionalidades de consulta de auditoria;
- Consolidar a Infraestrutura de Tecnologias de Informação do Centro de Dados e adaptar os processos de operação e manutenção, por via da manutenção dos

Centros de Dados do CEDSIF, da migração do Servidor de Base de Dados *Exadata* e da fusão das Redes *GovNet* e e-SISTAFE; e

- Realizar a II Reunião Nacional do SISTAFE (RNS), no âmbito do fortalecimento dos mecanismos de auscultação e interacção com os utilizadores, parceiros e sociedade civil, em matéria de finanças públicas.

Dar Continuidade à Implementação do SISTAFE

- Operacionalizar algumas funcionalidades do Subsistema do Património do Estado, nomeadamente, expandir a operacionalização das Funcionalidades do MPE para as Unidades Orgânicas (607 instituições abrangidas);
- Implementar e operacionalizar a Gestão Patrimonial e as Contratações Públicas;
- Desenvolver o Sistema informático de suporte ao Subsistema de Planificação e Orçamentação designado por Módulo de Planificação e Orçamentação (MPO);
- Finalizar o Manual de Planificação e Orçamentação (MPOR) e o Manual Operacional do MPO;
- Conceber e desenvolver as funcionalidades da aplicação informática do Sistema Nacional de Gestão de Recursos Humanos do Estado (SNGRHE), devendo, nomeadamente, expandir o e-SNGRHE, através do processo de preparação/configuração das máquinas para acederem ao e-SNGRHE em todos os sectores a nível nacional; concluir a implementação de funcionalidades do Módulo de Administração de Pessoal (MAP); concluir a implementação do Módulo de Avaliação de Desempenho (MAD); desenvolver e implementar o Módulo de Elaboração de Quadro de Pessoal (MEQP); e desenvolver e implementar o Módulo de Recrutamento e Selecção (MRS);
- Desenvolver e operacionalizar as funcionalidades para a gestão do IRPS, IRPC, Impostos sobre a Produção Mineira e de Petróleo, Imposto sobre Superfície, e Taxa sobre Combustíveis; e
- Conceber e operacionalizar a fase Piloto da Componente de Gestão Financeira Autárquica (GFA) do Sistema de Gestão Autárquica (SGA), basicamente, a operacionalização das funcionalidades de Elaboração do Plano e Orçamento;

Registo e Controlo das Entidades; Gestão da Receita; Gestão de Recursos Humanos e Pagamento de Salários; e Execução do Orçamento por meio da Conta Única Autárquica (CUA).

Implementação de Sistemas Complementares ao SISTAFE

- Desenvolver a aplicação do Sistema Nacional de Gestão de Custos de Construção (SINAGEC) e disponibilizá-la na rede e-SISTAFE;
- Fazer a manutenção do Sistema de Gestão de Beneficiários (SGB) por via de melhorias e correcções ao SGB e disponibilização na rede do e-SISTAFE;
- Implementar as funcionalidades de apoio do Sistema de Suporte das Funções Jurisdicionais do Ministério Público (SISMP), e elaborar o Manual de Apoio ao Utilizador; e
- Elaborar as propostas técnicas e financeiras relativas à novas solicitações, monitorar e avaliar os produtos e serviços, no âmbito da melhoria da gestão do relacionamento e da capacidade de resposta às solicitações das instituições públicas.

Funcionamento e Desenvolvimento do CEDSIF

- Expandir o Sistema de Gestão de Incidentes (GLPI) aos usuários por via de *link* nas aplicações, dando-lhes a possibilidade de registar as respectivas solicitações em tempo real;
- Actualizar, consoante a evolução, as tecnologias de informação e comunicação (TIC);
- Elaborar e aprovar do Plano Estratégico do CEDSIF para o período 2020-2024;
- Elaborar e implementar o Plano Estratégico de Desenvolvimento de Recursos Humanos do CEDSIF;
- Dar continuidade à implementação do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) baseado na Norma ISO 9001, assegurando a conclusão da implementação dos processos e consolidação dos já implementados, avaliar a satisfação dos *stakeholders*, realizar Auditorias Interna ao SGQ e a Externa relativa à Certificação ao Sistema de Gestão da Qualidade do CEDSIF;

- Estabelecer o Sistema de Gestão de Segurança da Informação em conformidade com a norma ISO 27001, com destaque para a realização de quatro (4) auditorias internas de controlo da aplicabilidade, adequabilidade, e eficácia do Sistema de Gestão de Segurança de Informação (SGSI); continuação da garantia da segurança de infraestrutura de TI (lógico e físico) e revisão independente do SGSI;
- Estabelecer e implementar o modelo de gestão de risco em conformidade com as normas ISO 27005, 31000, COBIT, e COSO-ERM; e
- Melhorar a componente de gestão de oportunidades, prestação de serviços e atendimento ao cliente.

6. ANEXOS

Anexo 1: Matriz de Controlo de Implementação do Plano de Actividades de 2018.

Anexo 2: Mapa de Execução do Plano de Aquisições de Bens e Prestação de Serviços para 2018.

Anexo 3: Mapa de UGB Descentralizadas em 2018.